**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.**

###### ATA DA 9ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião realizada em 16 de abril de 2012, às quatorze horas e quarenta minutos, na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença das Senhoras Senadoras: **Ana Rita (PT/ES)**; do Senhor Senador **Humberto Costa (PT/PE);** das Senhoras Deputadas: **Marina Santanna (PT/GO); Keiko Ota (PSB/SP)** e **Elcione Brabalho (PMDB/PA)**. Esteve presente, ainda, aSenhora Deputada Federal não-membro da Comissão: **Luciana Santos (PCdoB/PE).** Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Marta Suplicy (PT/SP), Lídice da Mata (PSB/BA); Ângela Portela (PT/RR); Vanessa Grazzition (PCdoB/AM); Lúcia Vânia (PSDB/GO)** e **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)**; o Senhor Senador: **Armando Monteiro (PTB/PE)**; as Senhoras Deputadas: **Teresa Surita (PMDB/RR), Rebecca Garcia (PP/AM), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO); Gorete Pereira (PR/CE); Sueli Vidigal (PDT/ES); Carmem Zanotto (PPS/SC); Célia Rocha (PTB/AL)**; os Senhores Deputados: **Dr. Rosinha** **(PT/PR)** e **Eduardo Azeredo (PSDB/MG).** Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com os seguintes convidados: Dr. Aguinaldo Fenelon de Barros, Procurador Geral de Justiça de Pernambuco; Dra. Maria Tereza Paes de Sá Machado, Juíza do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Pernambuco; Dr. Wilson Salles Damázio, Secretário de Defesa Social; Sra. Cristina Maria Buarque, Secretária da Mulher de Pernambuco; Sra. Maria Betânia Serrano, Representante do Fórum de Mulheres de Pernambuco; Sra. Elaine Neves, Assessora da Diretoria de Políticas para as Mulheres da FETAPE; Sra. Rejane Pereira, Secretária da Mulher de Recife; Dr. Carlos Humberto Inojosa Galindo, Juiz Assessor Especial da Presidência/TJPE.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. Bloco/PCdoB – MG) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei, para proteger as mulheres em situação de violência.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública no Estado de Pernambuco, com os seguintes convidados...

Aproveitamos, nesta oportunidade, para convidar a Exmª Srª Deputada Mary Gouveia, Presidente da Comissão de Defesa do Direito da Mulher, da Assembleia Legislativa de Pernambuco. *(Palmas.)*

Já se encontram à Mesa, além desta Presidência, a nossa Relatora, Senadora Ana Rita; a nossa Vice-Presidente, Deputada Keiko; a nossa, também membro da Comissão e requerente desta audiência, Deputada Luciana, de Pernambuco; a nossa Deputada Marina, de Goiás.

Passamos, agora, para início dos trabalhos, a palavra à nossa Relatora.

Também conosco, o nosso Senador, membro da CPMI, Humberto.

Passamos, agora, a palavra à nossa Relatora, que fará suas considerações iniciais.

Há inúmeras personalidades, representantes de entidades, de instituições, sobretudo dos movimentos de mulheres. Vamos passar o registro de algumas. Ao longo dos trabalhos, daremos continuidade ao registro, agradecendo desde já a presença da Exmª Srª Cristina Buarque, Secretária da Mulher, de Pernambuco; do Exmº Sr. Wilson Damázio, Secretário de Defesa Social de Pernambuco; da Exmª Srª Deputada Teresa Leitão, Presidente da Comissão de Educação; do Exmº Sr. Manoel Carneiro, Chefe da Polícia Civil; do Exmº Sr. Deputado Luciano Siqueira.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Boa tarde a todas e a todos. É um prazer poder estar aqui com vocês, na tarde de hoje, para cumprir uma tarefa extremamente importante, que é a de ouvir o Poder Público deste Estado sobre como está o atendimento à mulher vítima de violência.

Queremos ouvir aqui os representantes do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e das Defensorias Públicas.

Como Relatora da CPMI, quero iniciar, antes que os nossos convidados possam usar a palavra, já levantando algumas questões, que para nós é importante serem respondidas.

Acreditamos que, na apresentação que vocês vão fazer, esses questionamentos já deverão ser contemplados, mas vou fazer aqui diversos questionamentos. Gostaria de obter as respostas, por parte dos nossos convidados e das nossas convidadas, com relação às questões que temos aqui.

Essas perguntas foram elaboradas a partir do interesse, claro, da CPMI naquilo que é o essencial, mas também a partir do que já ouvimos no dia de hoje.

Então, gostaríamos de obter essas respostas, se for possível.

Quero também agradecer muito não só a presença do Poder Público, mas também da sociedade civil. Nós tivemos a oportunidade, hoje cedo, de ter uma reunião com o Fórum de Mulheres de Pernambuco, que nos entregou um dossiê, fazendo um relato bastante detalhado, bastante completo do atendimento à mulher vítima de violência e também fazendo relato de alguns casos que são emblemáticos. Então, esse documento, esse dossiê também irá contribuir muito com o trabalho desta Relatora. Também recebemos uma contribuição do Centro das Mulheres do Cabo, que faz algumas recomendações e chama atenção do Estado brasileiro para a relação entre o crescimento econômico e a violência de gênero, que também será considerada pelos nossos trabalhos.

A violência contra mulheres é um grave problema para o pleno desenvolvimento da cidadania feminina, para o desenvolvimento econômico do País, para a saúde pública e para o aprofundamento da democracia no Brasil. Não há democracia possível e plena se as mulheres, em virtude das inúmeras violências sofridas, não puderem participar livremente de todas as instâncias políticas ou se não tiverem acesso a serviços públicos de qualidade.

Os Poderes públicos, Executivo, Judiciário e Legislativo, têm o poder de atuar para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres. Esta CPMI demonstra a preocupação do Poder Legislativo com o tema, assim como a criação da Lei nº 11.340, de 2006, a Lei Maria da Penha.

Os índices de violência no Brasil são assustadores, e a violência torna-se cada vez mais complexa. Novas vulnerabilidades expõem as mulheres a diferentes formas de violência, como o *crack*, a criminalidade organizada e o desenvolvimento urbano, hidroelétricas, usinas etc, em regiões do sertão e da mata.

Os poderes públicos devem ser capazes de responder a essas novas violências e prevenir essas vulnerabilidades.

As diferenças entre campo e cidade impõem que se pense no acesso de todas as mulheres ao serviço público, assim como os marcadores de raça, etnia, idade, orientação sexual, deficiências, entre outros.

No Brasil, desde 1997, observa-se uma taxa mais ou menos constante de homicídio de mulheres, em torno de 4,2 a 4,4. Apenas, em 2007, houve uma redução para 3,9, isto é, morrem cerca de 4 mil mulheres anualmente no Brasil. Diminuir a taxa de femicídios é um desafio que os Estados devem perseguir com obstinação.

Esta é a primeira audiência pública de uma série de muitas que iremos fazer. Pernambuco é um Estado com uma tradição forte de organização da sociedade civil, particularmente de mulheres.

O objetivo desta CPMI é investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar as denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Para tanto, as informações prestadas pelos Estados são fundamentais ao trabalho.

Lamentamos o fato de não termos recebido com antecedência as informações oficiais das instituições públicas do Estado de Pernambuco, Poder Executivo estadual, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

Menciona, agora, alguns dados e já faço meus questionamentos iniciais sobre violência contra mulheres no Estado de Pernambuco, que preocupam a CPMI e esta Relatoria.

Femicídios ou homicídio de mulheres. No que se refere às mortes violentas de mulheres, os dados do mapa da violência no Brasil, elaborado pelo Instituto Sangari, revelam que o Estado de Pernambuco é o décimo Estado mais violento do País. Em 2010, a taxa de homicídio de mulheres foi de 5,4 mortes para 100 mil mulheres. Segundo os dados da própria Secretaria de Defesa Social, morreram no Estado, em 2010, 244 mulheres e, em 2011, 224. Pergunta-se: qual a natureza dessas mortes? Que medidas concretas a Secretaria de Defesa Social está tomando para prevenir novas mortes? Como o movimento social tem sido incorporado na discussão da prevenção das mortes de mulheres?

Com relação às delegacias de mulher. O Governo anunciou a criação de 14 delegacias da mulher, mas só sete estão em funcionamento. Por que as demais ainda não foram implantadas? Qual o orçamento que a Secretaria de Segurança destinou em 2012 para implementação das delegacias da mulher no interior? Como funciona a política de integração das delegacias de mulher aos quartéis? Por que não aos juizados de violência doméstica, ministério e rede de atendimento?

Essa política de integração foi discutida e acordada com a Secretaria da Mulher e com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher? Atentou o Sr. Secretário para o fato de que essa integração policial pode dificultar ainda mais o registro das denúncias pelo fato de um ambiente de quartel não ser o mais adequado às mulheres?

Com relação à violência sexual contra as mulheres. A CPMI recebeu a informação de que o serviço modelo de atendimento, Cisam, está interditado. A informação é procedente? Em caso afirmativo, onde as mulheres irão realizar o abortamento legal a que têm direito? Qual o hospital está realizando, neste momento, o abortamento legal em Recife? Há serviços de abortamento legal nas demais regiões do sertão, na Zona da Mata e outras? Como o governo do Estado pretende resolver em curto prazo essa necessidade?

Com relação aos juizados de violência doméstica. A Lei Maria da Penha determina que o Poder Judiciário instale as varas ou juizados de violência doméstica contra mulheres com equipe multidisciplinar. A Lei nº 13.169, de 2006, e a Lei Complementar nº 143, de 2006, estabeleceram a criação de sete juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher. No entanto, o Estado de Pernambuco permanece com apenas duas varas localizadas na capital. O interior do Estado não possui nenhuma vara especializada. Por que ainda não foram implantadas as varas previstas na legislação estadual? Existe previsão orçamentária para implementação das varas este ano? Procede a informação de que haverá cinco juizados para atender 13 Municípios? As mulheres terão que se deslocar até esses Municípios? Como essa medida poderia facilitar as denúncias? Sabe-se que as varas de violência doméstica de Recife atendem apenas meio turno. É procedente essa informação? Por que isso ocorre? Quantos processos tramitam nas varas especializadas? Quantos agressores foram condenados? Quantas medidas protetivas foram concedidas? As medidas estão sendo concedidas no prazo legal?

Com relação à rede especializada de atendimento. Conforme informação da Secretaria de Mulheres, há seis casas-abrigo no Estado. Qual a média mensal de mulheres atendidas? Conforme relatório da Secretaria da Mulher, no ano de 2010, foram atendidas 81 mulheres. Isso significa dizer que foram atendidas seis mulheres por mês. Esse número não revela uma baixa institucionalidade? Por que um número tão reduzido de mulheres tem acesso ao serviço? Como a Secretaria está integrando a transversalidade de gênero, raça, orientação sexual e suas políticas de acolhimento às mulheres? Que medidas têm sido desenvolvidas para integrar as mulheres soropositivas nas políticas públicas, já que o HIV-Aids, hoje, apresenta-se como um fator de vulnerabilidade das mulheres?

Recebemos denúncias de que os Centros de Referência em sua grande maioria não dispõem de equipes permanentes e condições adequadas para o seu pleno funcionamento. Por exemplo, o Centro de Referência de Jaboatão dos Guararapes não possui advogado. O Centro de Referência Márcia Dangremon não dispõe de automóvel. O centro de Caruaru possui apenas psicóloga e advogada. Como pretende o Estado contribuir para o funcionamento adequado dessas instituições? Há algum concurso público aberto para o preenchimento das vagas necessárias ao pleno funcionamento dos serviços? Qual a política do Estado para associação das novas violências, como o *crack*, à violência doméstica?

Com relação ao orçamento. Embora tendo aumentado nominalmente, o que é um dado muito positivo, observa-se que, proporcionalmente, o orçamento da Secretaria de Mulheres tem diminuído. Em 2008, o orçamento da secretaria era de R$6 milhões e mais que dobrou em 2009, para R$15 milhões. Em 2010, aumentou em quase 50%, passando para R$23 milhões, e, em 2011, para R$28 milhões. De 2010 para 2011, houve apenas um aumento de 20%. Qual a razão dessa diminuição proporcional? Qual a previsão para o próximo orçamento do Estado para o enfrentamento às violências?

Qual percentual do orçamento da Secretaria de Recursos Federais e Estadual? O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher é um organismo de controle social e que deve participar da elaboração das políticas. Qual tem sido a participação do Conselho na elaboração e monitoramento das políticas públicas?

Por fim, a CPMI recebeu algumas denúncias para as quais requeremos providências. No Município de Água Preta, na zona da Mata, uma mulher de nome Adriana sofreu violência doméstica, praticada por seu ex-companheiro, Cícero Malaquias, em 2011. Até o presente momento, não houve nenhuma audiência por falta do promotor de Justiça. As audiências têm sido reiteradamente remarcadas porque o promotor de Justiça não comparece. Consideramos essa uma das piores formas de prestação jurisdicional. Não é possível que as mulheres do sertão não tenham acesso à Justiça. É preciso que o Ministério Público designe um promotor de Justiça exclusivo para a comarca, de modo que as mulheres não corram risco de morte.

Outra denúncia que recebemos refere-se à morte de Izaelma Cavalcante Tavares. Foi morta por seu ex-companheiro, comissário da Polícia Civil, Eduardo Moura Mendes, que desde então se encontra foragido.

Além disso, a imprensa local noticiou que o referido comissário havia sido promovido.

Pergunto: por que ainda não foi preso? Que esforços a Polícia Civil está fazendo para cumprir o mandado de prisão? O ato de promoção foi revogado? Por fim, recebemos uma denúncia de que a delegacia da mulher local recusou-se a registrar uma denúncia de discriminação contra duas mulheres lésbicas, união já reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, porque elas, supostamente, não teriam vínculo de parentesco. Essa é uma norma presente nas delegacias da mulher?

Igualmente, no que se refere à violência doméstica contra trabalhadoras domésticas amparadas pela Lei Maria da Penha, recebemos denúncias de que a delegacia da mulher de Recife não registra as denúncias de violência doméstica. Isso é procedente? Essa é a orientação repassada às delegacias da mulher?

Então, senhoras e senhores, essas são as perguntas que eu gostaria, como relatora, de ver respondidas.

É claro que, hoje cedo, tivemos a oportunidade de fazer audiência com o governador do Estado, com o presidente do tribunal de Justiça, mas acredito que aqui é o espaço para que possamos colocar, de forma oficial, todas essas respostas e é aqui que gostaríamos de ouvir, dos senhores e das senhoras, as respostas às referidas perguntas.

Por enquanto é isso, Srª Presidenta. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Senadora.

Eu queria aproveitar para registrar a presença do Exmº Sr. Juiz Carlos Humberto Galindo, neste ato representando o Exmº Sr. Desembargador Jovaldo Nunes, que nos recebeu; do Exmº Sr. Deputado Odacy Amorim; da Exmª Srª Cláudia Sansil, Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, da nossa Procuradora da Câmara, Deputada Elcione Barbalho, e da Rejane Pereira, Secretária da Mulher do Recife.

Nós passaríamos agora a escutar, atentando às oitivas da nossa Relatora, a Srª Cristina Buarque, que terá até 20 minutos e poderá usar o microfone do...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Antes de a Srª Cristina fazer a sua fala, eu gostaria inclusive de fazer o seguinte esclarecimento. As perguntas que fiz estão separadas de acordo com os temas. Caso os senhores e as senhoras desejem recebê-las em mãos, nós poderemos providenciar agora, para facilitar à senhora e aos demais que aqui estão. Está bem?

Então, por favor.

**A SRª CRISTINA BUARQUE** – Eu quero passar aos demais o relatório da Secretaria e todos os anexos constantes do que nós fizemos. *(Fora do microfone)*

Boa tarde a todas. Boa tarde a todos. Antes de falar, passei às mãos da nossa Presidenta da Comissão, a Deputada Jô Moraes, o relatório do Executivo estadual sobre as ações relativas ao ponto solicitado, que era o relacionamento de todos os equipamentos e ações que teriam sido feitos em Pernambuco em favor do enfrentamento da violência contra mulheres nos últimos cinco anos.

Eu não vou me ater a todo o relatório, mas sim às questões levantadas pela Comissão.

Quero dizer de todo o interesse do Governo do Estado de Pernambuco e da Secretaria da Mulher pela presença desta Comissão aqui. Entendemos a presença da Comissão, Deputadas e Senadoras, Deputados e Senadores, como algo que nos fará avançar mais ainda. É assim que recebemos e é assim que o Governador está recebendo esta Comissão, como uma ajuda que é necessária em todo o Brasil.

Dentro dessa perspectiva, eu acho que a primeira questão com relação ao enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil, e Pernambuco como parte desse enorme País, é não termos recursos cravados para que seja realizada essa política. Essa política foi criada, mas os recursos federais estão à mercê de projetos. E esses projetos são muito complicados, porque o Município todo está inadimplente, o Estado está inadimplente, e as mulheres continuam precisando, da mesma forma, do recurso. E ele está dependente disso. Então, nós não podemos criar uma política sem criar recursos muito explícitos para que essa política seja exercida. Este é um ponto.

Dos pontos que nos foram colocados diretamente para o Executivo, vem o Cisam como da área de saúde. Não é bem da área da Secretaria da Mulher, mas da área da saúde.

Na área de saúde como um todo, e já falando sobre a transversalização, o papel de uma secretaria de mulheres hoje, no Brasil, que é o papel de ter ações pontuais e o papel de transversalizar ações dentro do aparelho do Estado.

É muito claro para todas as pessoas que estão aqui que nós temos um Estado muitíssimo patriarcal, um Estado profundamente machista, um Estado que até 2006 absolutamente não depositava um real para cuidar da violência contra as mulheres. Há uma mudança nesse Estado nesse período, que é sair de 6 milhões para 28 milhões em 2011.

Houve uma queda? Não. Poderia o aumento ter sido na mesma proporção – eu vou de trás para frente agora na resposta – que foi em anos anteriores. Mas compreender a violência significa entender que nós não temos, muitas vezes, situação de recursos humanos compatíveis para executar tal e tal serviço. Você não avança porque você precisa recuperar um espaço que não tinha.

Então, nós temos avançado, sem dúvida nenhuma, o orçamento tem crescido, mas nós temos uma política, atualmente, voltada para as universidades, para os institutos de ensino superior, para formar pessoas, para que elas venham a se capacitar e a trabalhar dentro do aparelho do Estado voltado para isso, porque o que tinha no aparelho do Estado, e não só em Pernambuco, mas no Brasil todo, não era formado para atender a violência contra as mulheres.

Esse é um ponto muito sério e que é preciso ser entendido.

O que o Governo mais está fazendo em relação a isso é criando dois centros de aceleração do desenvolvimento da mulher, um da mulher metropolitana e outro da mulher rural. Esses dois centros deverão formar pessoas que também vão contribuir com esse processo, principalmente nos espaços municipais, porque não tem. Se a gente, aqui na capital, tem pouco, há de se pensar o que um Município de três mil habitantes terá de quadros para cuidar da violência.

Então, é um processo que é denso, é comunicativo. Ele é, necessariamente, muito comunicativo entre o Poder Executivo... E esse é o papel da Secretaria da Mulher, que é o papel da articulação, e essa articulação começou, sem dúvida nenhuma, em fevereiro do ano de 2007 e continua crescente essa articulação, seja com o juizado, seja com a promotoria, seja com as delegacias.

Então, o Cisam. Perguntaram-me e, agora, eu venho para o Cisam.

O que foi que nós fizemos na área da intersetorialidade?

À medida que a Secretaria da Mulher foi avançando para conquistar... Conquistar no bom sentido, porque é obrigação do Estado, mas nada, na democracia, é só por decreto. A democracia é um espaço de discussão, de negociação, de convencimento e não basta um decreto. Vai além desse trabalho de decretar aquela lei.

Então, o que foi que nós fizemos? Começamos a construir, com aquelas secretarias de maior importância para o enfrentamento da violência contra a mulher, planos, e aí estão os planos com a Secretaria de Saúde, e fala, justamente, o anexo nosso, como é que nós estamos trabalhando com a Secretaria de Saúde.

Nesse plano da saúde, especificamente, entrou como prioridade a questão da saúde das mulheres negras – a anemia falciforme – e a questão do enfrentamento da violência contra a mulher.

A mesma coisa com a Secretaria de Defesa Social, com que nós também temos uma relação de discussão constante, para que essas delegacias tenham, sim, um perfil completamente especializado.

Essa é a grande questão, e essa questão... Hoje, eu acho que a Senadora e a Deputada ouviram do próprio Governador como é difícil essa máquina se mexer a nosso favor, mas nem por isso deixa de acontecer.

Então, as nossas propostas eram: regionalizar as delegacias... Essa é a proposta, esse é o indicativo da Secretaria da Mulher, porque não teremos 184 delegacias de mulheres. Eu preciso que as delegacias sejam regionalizadas e eu preciso que a gente tenha um formato de locomoção entre elas, para as mulheres, para que a gente possa funcionar.

Ainda dentro desse trabalho, nós fizemos, também, um plano de trabalho com a Secretaria de Educação, que seria uma secretaria muito importante para que ela venha a formas novas turmas a partir de uma perspectiva de gênero, coisa que a gente tem dificuldade com as Secretarias de Educação do Brasil, que adotam direitos humanos, mas não adotam gênero como questão fundamental.

Então, aí está, também, esse indicativo e, nesse ano, no final de 2011, começo de 2012, começou a funcionar melhor.

Por outro lado, a rede especializada de atendimento às mulheres: o que foi que Pernambuco fez, tenta discutir com o Governo Federal e tem tido sucesso nessa discussão?

Nós teríamos: Governo do Estado, obrigatoriedade com relação às delegacias – já era –, obrigatoriedade com relação às casas-abrigo, ao abrigamento e obrigatoriedade com relação à prevenção, enquanto o Município teria obrigatoriedade de criar uma Secretaria da Mulher e agregar a ela o Centro de Referência.

Com aquele processo de convênios, muitas Secretarias ou Coordenadorias Municipais de Políticas para as Mulheres que recorrem aos recursos públicos federal estão inadimplentes. Então, o que foi a que a Secretaria da Mulher do Estado fez? Como a gente não era inadimplente, a gente fez o convênio com a Secretaria Nacional e depois distribuiu não o recurso, porque não podemos distribuir o recurso, mas tudo o que era necessário para aquele centro de referência fomos nós que repassamos inclusive carro.

Então, eu acho que estes são pontos que é preciso que a Comissão compreenda. É preciso que os Centros de Referência estejam no Município. Esta questão da violência precisa ter uma política de Estado e de Estado nacional. Então, quanto ao abrigamento, o que nós fizemos? Nós estadualizamos o abrigamento, criamos uma lei de abrigamento. Quanto a Senadora pergunta: “Oitenta e um não é pouco?”, aí eu disse: “Senadora, eu posso lhe dizer o seguinte, que, em 2011, nós atendemos 107 mulheres e abrigamos 81. Mas, destas 107 mulheres, muitas delas, que poderiam ter ido para outros Estados, nós temos recursos garantidos na lei, que também está aí, para que façamos o deslocamento dela, com toda a família, com roupa e tudo”.

Então, essa lei também nós a enviamos ao Governo Federal há bastante tempo, desde 2009, para que o Governo também a levasse para outros Estados.

Então, eu penso que, no fim, foram quase 200 mulheres atendidas em 2011; só que 81 ficaram nas casas-abrigo de 107.

Uma questão fundamental das casas-abrigo, porque ela é muito mais complicada ainda do que o governador falou hoje, é que você recebe uma mulher que tem um filho de três meses e outro de quinze anos. E ela tem de ir para dentro da casa-abrigo com o de três meses e com o quinze anos, que já é um rapaz. E lá tem mocinhas de 18, 19 anos. Essa convivência é tão complexa, que nós resolvemos construir, agora, na região metropolitana, uma nova casa-abrigo modelo – nós podemos mandar a planta para a Comissão para que veja como vai ser –, onde tem diversos prédios dentro de um único terreno.

Eu acho que não respondi a todas as questões. Mas, também com relação à questão integrada, como é que nós estamos? Estamos nas comissões que o governador criou em relação ao *crack.* E mais ainda: o Centro da Mulher Metropolitana vai agir completamente com relação à violência urbana e não especificamente com relação à violência doméstica.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos à Secretária Cristina Buarque.

Passamos a palavra neste momento, para o Secretário de Defesa Social, Dr. Wilson Sales Damásio, que também contará com até 20 minutos para os seus esclarecimentos.

**O SR. WILSON SALES DAMÁSIO** – Boa tarde a todos e a todas!

Quero saudar nossa Deputada Federal Jô Moraes, Presidenta da Comissão; à Senadora Ana Rita, Relatora da Comissão; à Deputada Federal Keiko, Vice-Presidente da Comissão; saudar os demais Parlamentares que integram a Mesa de trabalho; saudar o Procurador-Geral de Justiça aqui presente do Estado de Pernambuco; o nosso Juiz, Assessor da Presidência do TJ, Dr. Humberto Inojosa; o chefe da Polícia Civil do Estado de Pernambuco; à minha colega de secretariado, Cristina Buarque; saudar as demais autoridades aqui presentes; Parlamentares; demais convidados, na qualidade de Secretário de Defesa Social é uma satisfação muito grande ser convidado para um evento dessa magnitude e recepcionar aqui no nosso Estado a Comissão Mista do Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

Como alguns aqui sabem, sou delegado da Polícia Federal, há trinta e quatro anos trabalhando na área de segurança pública. Fui agente da Polícia Civil do Estado no início da minha carreira, agente de Polícia Federal e, por fim, delegado da Polícia Federal, tendo exercido a Superintendência da Polícia Federal neste Estado em duas oportunidades, a Superintendência da Polícia Federal em Porto Velho, fui Vice-Diretor da Polícia Federal, Coordenador Geral de Defesa Institucional da Polícia Federal, que tem uma interface muito forte com toda a área social dos Governos Federal e Estaduais. Assumi a direção do Sistema Penitenciário Federal, o implantamos e, por fim, agora, em 19 de abril de 2010, com muita honra, fui convidado pelo Governador do Estado de Pernambuco para dirigir a Segurança Pública deste Estado.

Por que fiz essa digressão a respeito da minha trajetória como policial? Para dizer que, aqui chegando, após seis anos de ausência, trabalhando no Distrito Federal no DPF e no Ministério da Justiça, foi com grata satisfação que encontrei no Estado de Pernambuco o primeiro e verdadeiro Plano Estadual de Segurança Pública do nosso Estado, que é o Pacto pela Vida, um programa pautado em primeiro lugar na integração, principalmente dos quatro órgãos operativos da Secretaria de Defesa Social, mas também uma integração com todos os entes parceiros da política de segurança pública e Justiça, como é o caso do Ministério Público, como é o caso do Poder Judiciário, das secretarias que labutam na área social, como a própria Secretaria da Mulher, cuja secretária está aqui presente, e também, acima de tudo, essa integração com os municípios.

Posso dizer de cátedra do êxito dessa política porque não fui eu quem a construiu. Estou aqui há apenas dois anos e, portanto, já encontrei o terreno asfaltado. O grande desafio foi dar continuidade a esse trabalho que vem sendo feito no sentido de tirar Pernambuco das páginas negras dos noticiários em todos os níveis. Nós encontramos aqui uma média de homicídios, em 2006, beirando a 5.000 mortes/ano. Hoje, já podemos dizer que estamos com uma média de 3.500 mortes. Portanto, 1.500 a menos desde o início do nosso Pacto pela Vida, em 2007. Se nós mantivéssemos os patamares de violência encontrados, se a curva ascendente continuasse, se nós conseguíssemos mantê-la controlada, como estava em 2006, nós teríamos hoje de chorar 4.738 mortes a mais.

Através desse trabalho, construído a várias mãos, e aí trabalharam profissionais da área de segurança pública, chamamos a Academia para o debate, as universidades, o povo pernambucano trabalhou na construção dessa política. Portanto, não é uma política eminentemente do Governo do Estado, é uma política pernambucana, é uma política de Estado, não uma política de Governo. Os êxitos são notados. Pernambuco hoje já saiu desse campeonato maldito de ser líder na criminalidade nacional.

Quando a gente diminui os homicídios, como estamos diminuindo, também diminuímos os “femicídios”, como disse aqui a Senadora. E o número que alcançamos com relação à morte de mulheres tem sido bem mais alvissareiro do que o número geral dos homicídios. Nesse primeiro trimestre, por exemplo, quando comparamos as mortes de mulheres com o que ocorreu no trimestre passado, podemos dizer que diminuímos em 25%. É certo que 51 mulheres ainda morreram, contra 68 no ano passado, mas nós estamos avançando.

O Pacto pela Vida é uma política que vem, a cada dia, sendo reconstruída. Os trabalhos que aqui são feitos, tanto na área de repressão à criminalidade como na área preventiva, têm sido copiados por diversos Estados brasileiros, e algumas políticas nossas têm merecido prêmios internacionais. No entanto, muita gente não sabe disso, porque o que se vê é aquilo que os jornais noticiam no dia a dia. Por exemplo, no mês de janeiro, nós conseguimos diminuir a criminalidade, especialmente o número de homicídios, em 11,9%. A notícia que saiu foi: “Pernambuco continua sem bater a meta de 12% de redução nos homicídios”. Quer dizer, por causa de um ou dois décimos, nós não conseguimos bater a meta. Então, o que o povo vê é isso.

Agora, se vocês prestarem atenção, verão que nós estamos, pelo terceiro mês este ano, com uma redução muito significativa na violência. O Governo arbitrou metas ambiciosas de diminuição da criminalidade. Muitas vezes a gente se senta e acha que aquilo não é possível, mas o Governador tem sido implacável ao manter aquilo que ele traçou desde 2007, e assim vai ser, e assim vai continuar sendo, e é possível fazer porque o índice de criminalidade do nosso Estado estava muito alto.

Nós termos aqui, na área de segurança pública, o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Quando aqui cheguei, a tendência era fazer esse núcleo migrar para outra secretaria, mas eu fiz questão de mantê-lo, mesmo porque tenho certa experiência no tráfico de pessoas, que é um dos mais lucrativos sob o ponto de vista internacional, especialmente o tráfico de mulheres. Nós temos um núcleo que tem feito um trabalho preventivo muito bom, inclusive com várias campanhas, trabalhando nos aeroportos, orientando as nossas pernambucanas com relação a esses convites que recebem para “trabalhar” no exterior.

Dentro do Pacto pela Vida, nós temos uma operação denominada Contra Ameaça, operação que não existe em outro lugar do Brasil além de Pernambuco. E o que é a operação Contra Ameaça? Muito simples: é uma operação na qual o delegado de Polícia, mesmo na menor delegacia que houver no Estado, tem a obrigação de, no prazo de 24 horas, prender ou, pelo menos, intimar e trazer à sua presença o autor de qualquer ameaça. Esse trabalho tem dado muitos resultados. Quando o delegado age da forma como foi pactuada em nosso plano operacional, cada pessoa daquela que vem prestar uma queixa na delegacia, no caso principalmente das mulheres, vê uma providência ser tomada, e aquela violência deixa de existir e, em 99% dos casos, aquela pessoa deixa de ser vítima.

Esse trabalho é monitorado, inclusive, no acompanhamento semanal que fazemos no Pacto pela Vida. Toda quinta-feira nos reunimos, cinco câmaras temáticas que integram o Pacto pela Vida – Defesa Social e Ressocialização, Ministério Público, Poder Judiciário, Enfrentamento ao Crack, Prevenção Social –, todas essas câmaras se reúnem lá na Secretaria de Planejamento, e ali a gente discute tudo o que está acontecendo no Estado em termos de contenção da violência.

O nosso Estado está dividido em 26 áreas integradas. Cada área integrada dessa tem um oficial da Polícia Militar e um delegado da Polícia Civil que cuidam da segurança pública, e essas pessoas, sempre que essas áreas não estão indo bem, estão no vermelho como a gente diz, são chamadas à reunião do Pacto para darem um diagnóstico de sua área e dizer por que não estão conseguindo melhores índices com relação à violência. Por outro lado, todas as pessoas que estão conseguindo alcançar suas metas, e algumas delas o fazem com louvor, são chamadas para explicar o que está acontecendo, justamente para transferir aquele conhecimento, a sua expertise, para as demais áreas que não estão tendo sucesso.

Agora, como eu falei, a grande sacada do Pacto pela Vida é justamente a integração. No passado, as próprias polícias eram concorrentes e, às vezes, até inimigas. O Ministério Público, os delegados, o Poder Judiciário não dialogavam. A relação era por papel, por ofício, por documento. Hoje, não. Sentamo-nos à mesa, conversamos e, uma vez por mês, o próprio governador do Estado de Pernambuco está à frente dessa discussão. E, com tudo isso que está sendo feito, os investimentos que Pernambuco faz na área de segurança pública, eu abro um parêntese para dizer, Srs. Parlamentares, que a nossa Secretaria trabalha com o orçamento de R$2,5 bilhões. E, quando digo isso ‑ sou Vice-Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança e Defesa Social – muitos pensam que eu estou mentindo. Não. São R$2,5 bilhões, sendo R$2 bilhões para pessoal.

Tivemos ganhos significativos na área de pessoal, de salário. Temos uma média de R$400 milhões para custeio da máquina pública e, hoje, trabalhamos muito com locações, o custo-benefício é muito bom. Acabou aquela história de carros caindo aos pedaços no meio da rua, de veículos faltando gasolina, empresários ouvidos, mas tendo que auxiliar a Polícia para ver defender um direito dele. Hoje, temos recursos para trabalhar.

No tocante a investimentos, nós trabalhamos com R$87 milhões, pelo menos para este ano de 2012. Esse investimento se reveste justamente nas obras das próprias delegacias, dos quartéis das áreas integradas e também na aquisição de bens.

Eu preparei um roteiro. Não sei se o tempo é suficiente.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. Bloco/PCdoB – MG) – Faltam cinco minutos.

**O SR. WILSON SALES DAMÁSIO** – Cinco minutos. Então, não vai dar. Eu vou justamente fazer uma parada justamente para trabalhar nas perguntas que me foram feitas. Eu penso que talvez seja isso que os senhores e senhoras querem ouvir.

Devo dizer que um tema como segurança pública, especialmente quando falamos na violência contra a mulher, teríamos que fazer um seminário de três a quatro dias para discutir. Não vai ser em 20 minutos que um secretário de defesa social vai explicar tudo o que está fazendo, responder esse monte de perguntas. Vamo-nos ater ao que é mais importante.

Femicídio ou homicídio de mulheres. Qual a natureza dessas mortes? Bom, a natureza dessas mortes, principalmente diz respeito aos crimes de proximidade, aos crimes de intolerância e também aos crimes relacionados com o convívio entre homens e mulheres, os chamados crimes passionais. Agora uma porcentagem significativa dessas mulheres está morrendo no Estado. Elas têm um forte envolvimento com a criminalidade, muitas vezes fruto da prisão dos seus parceiros. Essas mulheres às vezes assumem o protagonismo daquela miniorganização criminosa. Nós temos caso em que o pai, a mãe, alguns filhos maiores e menores estão presos por conta principalmente do tráfico de drogas. Então, a natureza dessas mortes é justamente isso.

E, quanto a esse trabalho da contra-ameça de que lhes falei, Parlamentares, temos conseguido um êxito muito significativo. Paralelamente a isso, apesar de a Secretaria de Defesa Social ser um órgão que, a princípio, cuidaria da repressão à criminalidade, nós nos preocupamos muito com a prevenção. Nós temos uma gerência de prevenção e articulação comunitária que interage com a comunidade, principalmente naquelas áreas em que a violência é maior, aonde chegamos com os parceiros.

O Governo do Estado tem um programa chamado Governo Presente, em que 14 secretarias trabalham integradas, justamente no sentido de dar apoio a essas comunidades mais carentes. Então, essas medidas por parte da Secretaria de Defesa Social e por parte do Governo têm surtido um efeito muito grande e é por isso que os homicídios com relação às mulheres têm caído numa proporção bem maior do que os homicídios de forma geral.

O Governo anunciou a criação de catorze Delegacias da Mulher, mas só sete estão em funcionamento. Por que as demais ainda não foram implantadas?

Nesses cinco anos de governo Eduardo Campos, o avanço foi muito significativo com relação a essa questão, inclusive com a criação do Departamento de Proteção à Mulher, em 2008. Hoje, nós temos catorze delegacias criadas, das quais sete estão em funcionamento, mas eu devo lhes dar a notícia de que, no próximo mês, vamos inaugurar a Delegacia da Mulher em Vitória de Santo Antão, e a Delegacia de Proteção à Mulher em Goiana. Serão dois novos equipamentos públicos e estamos trabalhando no sentido de chegar às catorze. Agora, como todo mundo sabe, o Governo tem um orçamento para trabalhar, e nós temos isso.

Por outro lado, a grande dificuldade que se tem para implantar uma delegacia é justamente a existência do delegado ou da delegada, e nós, no Governo Eduardo Campos, dos 530 delegados que nós temos, contratamos pelo menos 220 nos últimos cinco anos. Estamos avançando nessa política de recomposição. Nós contratamos, nesses cinco anos, 10.700 novos servidores para a área de segurança pública. Para delegado, nós pretendemos fazer um concurso até o final do ano, para pelo menos cem profissionais da área de Polícia Judiciária e mais 640 agentes escrivães devem ser contratados também, mesmo porque existe um concurso público em vigor, e nós queremos aproveitar esses remanescentes. Então, chegando os delegados e os novos agentes escrivães, vamos avançar com relação à instalação das demais delegacias já criadas.

Quanto à pergunta com relação à Delegacia do Cabo – eu vi alguém de Cabo de Santo Agostinho –, nós estamos com o projeto pronto da Área Integrada de Segurança do Cabo e, dentro dessa área integrada, vai funcionar também uma Delegacia da Mulher.

Aqui, faço um aparte para responder a uma pergunta que, acho, não está aqui: por que as Delegacias da Mulher estão integradas a quartéis? Não é bem assim. O Governo de Pernambuco, como eu disse, trabalhou muito na integração das polícias. Área Integrada de Segurança significa dizer que ali trabalharão, de mãos dadas, todos os profissionais de segurança pública, e, quanto à Delegacia da Mulher, aqueles que trabalham com essa causa tão importante estão integrados nesse trabalho.

Agora, muitas vezes se fala como se a delegacia estivesse dentro do quartel; não é verdade. Nós temos um terreno, e o projeto piloto tem a seguinte configuração: é uma grande área onde, à esquerda, há o batalhão da Polícia Militar, que faz o trabalho preventivo; ao lado do batalhão, quase porta com porta, há a Delegacia Seccional, onde o delegado tem esse trabalho junto com o comandante, geralmente um tenente-coronel e um delegado especial; e a Delegacia Distrital também fica nesse mesmo prédio.

Quando se fala de Delegacia da Mulher, da Delegacia da Criança e do Adolescente e de Instituto Médico-Legal, temos uma seção nessas áreas integradas; eles ficam à parte. É um segundo prédio, afastado, que está dentro do mesmo terreno, mesmo porque a gente tem que ver também o problema de custeio dessas áreas, porque, quando se pulveriza muito cada unidade desta, tem-se de gastar com serviço de plantão, tem-se de gastar com energia elétrica e com telefone. E o Governo tem trabalhado dessa forma integrada, o que inclusive gera um custo menor com relação ao custeio da máquina, o que nos proporciona uma prestação de serviço bem melhor do que aquela feita desgarradamente.

Nós temos de falar também, dentro desse atendimento mais especializado não somente à mulher, mas a todos aqueles mais vulneráveis. Nós temos 75 patrulhas rurais funcionando no Estado hoje.

E o que é patrulha rural?

É um modelo de policiamento comunitário, onde três a quatro policiais, eles ficam fazendo ronda nessas áreas onde a acessibilidade é mais difícil, justamente para atender aquelas pessoas, conversar com os líderes daquelas áreas. E esse trabalho tem dado resultado, as ocorrências nas áreas rurais eles têm sido atendidas de uma forma mais célere e inclusive já registramos uma diminuição sensível da criminalidade, principalmente aos crimes de proximidade nessas áreas rurais.

Esse trabalho da cultura de paz ele é muito importante; temos um projeto piloto lá em Caruaru, onde a Rede Globo de Televisão ela esmerou nesse trabalho fez algumas matéria mostrando porque dizer não à banalização da vida e mostrou casos que por conta de um animal, um cachorro, determinada pessoa matou outra. E “ene” casos relacionados com a violência doméstica também. E nesse trabalho quando a gente diz não à violência, à banalização dessa violência entra aí também operação contra a ameaça. Isso tem dado muito resultado.

Bom, já falei do orçamento da Secretaria e como funciona a política de integração também.

Esse problema da integração da Delegacia da Mulher com as outras unidades policiais funciona de uma forma muito tranquila, mesmo porque o trajeto que a mulher, ou o menor, ou aquelas pessoas que serão submetidas a perícias sexológicas ele é outro, ele não precisa passar por dentro do quartel para isso. Quando ele chega à guarita, ali na frente já é informado; tudo com placa são equipamentos públicos de primeira linha. Inclusive, Srs. Parlamentares, uma dessas unidades nossas, se os senhores tiverem tempo, eu gostaria que fizessem uma visita à Área Integrada nº 4. Fica aqui na Várzea, uma área de um índice de violência muito alto. Ela mereceu prêmios internacionais por ser um dos melhores equipamentos públicos, não somente pela sua configuração arquitetônica, mas também pelo trabalho e pela forma como se está trabalhando naquela área integrada.

Com relação ao caso Isaelma, este crime – e a gente lamenta muito a ocorrência dele, como todos vocês também – acreditem, o Secretário de Defesa Social, em que pese os 34 anos de serviço ligado a área de segurança pública e vendo coisas absurdas que já viu nesse Brasil inteiro, mas nós somos muito sensíveis a esses problemas, a violência contra a mulher, a violência contra a criança – tivemos um caso aqui que nos doeu muito que foi do Lucas Cauã. No caso da Isaelma, o inquérito policial foi concluído, o mandado de prisão foi conseguido, o Ministério Público efetuou denúncia, o juiz já se pronunciou e o caso seguirá seu curso com prioridade dentro do Poder Judiciário. Para a prisão dele nós colocamos o que há de melhor na Secretaria de Defesa Social para fazer essa investigação e também trabalhar na prisão desse policial e a gente acredita que, mais cedo ou mais tarde, vamos conseguir prendê-lo, mesmo porque em Pernambuco a gente tem conseguido índice altíssimo de esclarecimento de crime e de prisão dos infratores.

Com relação ao Eduardo não será diferente. E funcionalmente falando, esse policial responde a dois processos administrativo-disciplinares, que estão já na sua fase final, um deles por abandono de cargo e o outro por conta da violência praticada contra a sua esposa. Certamente, ele será demitido das fileiras da segurança pública. Ele não foi promovido, o que havia naquele momento era um reenquadramento que foi repactuado com o Governo desde junho do ano passado, quando nós fechamos a política salarial de toda a área de defesa social e trabalhamos para quatro anos. Naquele momento, o que ficou acertado era que eles seriam reclassificados, e foram todos os policiais que tinham aquele tempo necessário que foram reclassificados. E ele, como não havia sido demitido ainda, não podia deixar de ser reclassificado. Ele continua comissário como era antes, não foi promovido a delegado nem a perito, nada disso. O que houve foi uma reclassificação dentro da sua própria categoria, o que proporcionou um ganho salarial para todos que ali estavam, não somente para ele. E se nós fizéssemos de outra forma, certamente o Poder Judiciário, quando demandado fosse, iria desqualificar o ato do secretário de Defesa Social.

Por conta do tempo, eu encerro aqui a minha fala dizendo que estou aberto a qualquer debate, em qualquer fórum, e em qualquer lugar. A Secretaria de Defesa Social fica aqui bem próximo, na Rua São Geraldo, nº 111, no 2º andar. O meu gabinete está de portas abertas, como sempre esteve, recebendo qualquer pessoa que tenha qualquer demanda para a Secretaria de Defesa Social, em especial as entidades que tanto nos ajudam a combater a violência.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Dr. Damásio. Está uma interrogação se a Drª Maria Tereza Paes de Sá Machado se encontra. Por gentileza, Drª Maria Tereza, está sendo chamada para se colocar aqui à frente.

Nós queremos registrar a presença da secretária da Mulher da CTB de Pernambuco, do Coletivo de Mulheres Bissexuais e Lésbicas de Pernambuco, da União Brasileira de Mulheres, anunciar e já convidar para suas palavras o Procurador-Geral de Justiça de Pernambuco, Dr. Agnaldo Fenelon de Barros, que terá até 20 minutos.

**O SR. AGNALDO FENELON DE BARROS** – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar a Presidenta, Deputada Jô Moraes, quero cumprimentar a Mesa, mas queria, inicialmente, fazer os agradecimentos em nome do Núcleo de Defesa da Mulher do Ministério pernambucano, ao Senador Humberto Costa e a Deputada Federal, Luciana Santos, por ter dado essa oportunidade a Pernambuco, Deputada, por discutir a questão da violência contra a mulher. Esses são os meus agradecimentos também em nome do Ministério Público pernambucano a V. Exª.

Eu vou ser breve e dos 15 minutos só usarei 10 e, nos 5 minutos, o Dr. João Maria, que é o Promotor, coordenador deste evento, peço permissão para ele dar um dado muito importante, que trabalha junto comigo. Ele está presente também neste evento. É o coordenador do Núcleo de Defesa da Mulher do Ministério Público pernambucano.

Eu gostaria de dar algumas informações antes de falar o que eu quero dizer, o que eu tenho aqui a explicar. Lá na cidade de Água Preta, nós temos um Promotor Titular, Dr. Rodrigo Chaves. Eu vou conversar com eles a respeito das denúncias que surgiram aqui. É importante, porque a sociedade é o fiscal que deve ver. Vou conversar e saber o que aconteceu. Agora, tem um promotor, ele é muito atuante, é um grande colega, mas como foi citado, eu terei que convidá-lo a ir a meu gabinete para explicar o que foi que aconteceu, e gostaria que vocês formalizassem isso para o Ministério Público, dizendo que não está havendo audiência. Esse é o papel do promotor e da sociedade. *(Palmas.)*

Muito obrigado.

E o relatório também já foi entregue. O relatório, que aqui foi citado, já foi entregue também. Dr. João Maria depois vai falar sobre esse assunto.

Meus senhores e minhas senhoras, Parlamentares, no ano de 2007, o Ministério pernambucano ofereceu 1.075 denúncias de crimes contra a mulher; no ano de 2008, 1.667 denúncias; no ano de 2009, 3.170 denúncias; no ano de 2010, 2.921 denúncias; no ano de 2011, 3.608 denúncias. Brevemente, colocarei à disposição o ano de 2012. Isso totaliza 12.441 denúncias até o ano de 2012. Nós acreditamos que, até a presente data, cerca de 14 mil denúncias já foram oferecidas pelo Ministério Público pernambucano.

Acredito que isso aconteceu, esse crescimento desses crimes aqui, em Pernambuco, porque a mulher está tendo também a consciência de denunciar.

O Ministério Público fez uma parceria com a Compesa, a empresa de água de Pernambuco, para que as contas da Compesa levassem a mensagem do Ministério Público durante doze meses. E assim foi feito. Um milhão e oitocentas mil contas atingiram cerca de quase sete milhões de pessoas, recebendo o número 180 em suas residências para que a mulher pudesse ter uma ferramenta. Nós estamos usando as empresas como parceiras, porque todas as instituições são frágeis. Elas têm que trabalhar interagindo, deixando as vaidades de lado, e entender que nosso objetivo é dar cidadania à sociedade. E só se consegue isso trabalhando sem vaidade, pedindo apoio a outras instituições, como o Poder Judiciário, a Polícia Civil, a Militar, as instituições, as ONGs, como foi feito também com a Celpe aqui, local, um trabalho para não se ter racismo. Nós somos pioneiros no País, com um grupo de trabalho no Ministério Público que combate os crimes de racismo. E a Celpe emitiu as contas também.

Ao lado disso, o Ministério Público foi para as ruas. Andamos o sertão pernambucano com o projeto Ministério Público nas Ruas, discutindo várias ações de cidadania, de conscientização, entre elas, a questão da mulher. Quando a Lei Maria da Penha fez cinco anos, eu fui com os promotores, promotoras e servidores para o metrô distribuir panfleto, conscientizando o homem e a mulher de que não podemos aceitar, em pleno século XXI, esse alto índice de violência. Fomos para a rua. Nosso último evento foi no bairro do Coque. Os promotores foram para lá. Agora, diga-se de passagem, fui com a Polícia Militar, mas ela foi com instrumento musical, não entrou com arma acompanhando o Ministério Público. E lá a gente foi muito bem recebido pela comunidade do Coque. Estamos voltando para prestar contas de todas as ações de cidadania, entre elas, as ações em favor da mulher pernambucana.

O Ministério Público também está fazendo capacitação de promotores e servidores nessa área para proteger e preparar o Ministério Público no sentido do enfrentamento à violência contra a mulher. Contratamos um grupo de teatro chamado Bem-Me-Quer. Esse grupo teatral já foi para o Paço Alfândega, já foi para algumas cidades do interior, já foi para algumas faculdades e universidades, mostrando como a mulher pode se defender. É um grupo de teatro que visita as escolas públicas e privadas, as universidades, conscientizando de que é necessário fazer o trabalho repressivo, mas também o trabalho de conscientização.

Ainda o Ministério Público pernambucano, com esses 12 projetos na área de cidadania porque há projetos que a gente vai discutir com a comunidade. Entendo, Senadores e Deputados, que a justiça no País é muito elitizada. A gente precisa suar um pouco, tanto os juízes como os promotores. Nós precisamos encostar mais na sociedade. A gente só pode defender aquilo que a gente conhece. *(Palmas.)*

Quando assumi o Ministério Público há poucos mais de um ano, meu primeiro projeto foi colocar o Ministério Público nas ruas. Com esse projeto, sobre o qual já falei inicialmente, andamos o sertão pernambucano inteiro, agora estamos indo para a zona da mata, onde participam – porque nos convidamos – os gestores municipais, os juízes, os defensores públicos, a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Prefeitura Municipal. Convidamos todas as entidades. A gente vai discutir, a gente vai ouvir críticas, a gente vai ouvir da sociedade o que é prioridade. Prioridade não é aquilo que a gente escolha, mas aquilo o que a gente discute com a sociedade. Essa é a visão do Ministério Público Pernambucano hoje.

Por isso, nomeamos, de dois anos para cá, alguns vieram da gestão passada, mas estamos nomeando, ainda, na próxima semana, mais dez promotores para o sertão, atingindo, em menos de dois anos, 51 promotores de justiça para o sertão e para o agreste pernambucano. Antes não tinha. Apesar do orçamento curto, quando a gente quer, quando a gente tem vontade, a gente resolve. Foi isso que foi feito com o Ministério Público Pernambucano. Serão mais dez – e podem acompanhar o Diário Oficial – até o dia 23. Até o dia 23 mais dez promotores vão – e promotoras logicamente – para o sertão defender a cidadania pernambucana.

Gostaria de concluir. Peço permissão ao auditório e também à Mesa para convidar o meu colega, coordenador do Núcleo de Defesa da Mulher, Dr. João. Quero também dizer que somos parceiros tanto da Polícia de Pernambuco quanto do Judiciário e da Secretaria da Mulher. Estamos conversando. Não chegamos à perfeição, estamos distantes, mas estamos reconhecendo isso e precisamos avançar. Não vou sossegar, não vou ficar feliz como Procurador-Geral – porque foi um cargo que Deus me deu – enquanto a gente não puder atingir todo o Pernambuco com um trabalho de concentração. Dr. João, com a autorização da Mesa, peço permissão para o senhor.

Muito obrigado. Passo a palavra ao Dr. João Maria.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PC do B – MG) – Obrigada. Eu o cumprimento e digo-lhe que o senhor foi rigoroso no tempo, gastou apenas os dez minutos que eram necessários.

**O SR. AGNALDO FENELON DE BARROS** – Muito obrigado.

**O SR. JOÃO MARIA** – Então, me sobram cinco.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PC do B – MG) – Sobram-lhe dez. Tem até vinte minutos cada autoridade.

**O SR. JOÃO MARIA** – Muito obrigado, Srª Presidente, demais Parlamentares da mesa, autoridades aqui presentes, o Procurador-Geral de Justiça abordou, de uma forma muito rápida, o que o Ministério Público está realizando nessa área de prevenção e repressão à violência contra a mulher.

O número de denúncias é bastante expressivo. Foram mais de 12 mil denúncias até dezembro de 2011. Agora, quero deixar registrado que é um trabalho ordinário, que é nossa obrigação. Oferecer denúncia é nossa obrigação. O que nós procuramos, de dois anos para cá, é fazer um trabalho extraordinário, especialmente ao notarmos que as mulheres e os homens, especialmente os homens, sabem que existe a Lei Maria da Penha, mas não sabem as garantias e as sanções que a Lei Maria da Penha prevê em seu bojo. Então, a nossa preocupação foi divulgar a lei. Já atingimos, em nossas ações de fevereiro para cá, um total aproximado – e isso é uma estimativa porque é feito o cálculo do militar quando olha um estádio cheio e diz tem mais ou menos tantas pessoas – de 396 mil 440 pessoas com a divulgação. Vez por outra, também, com a divulgação da lei.

Esse é o grande trabalho do Ministério Público nessa área. Obviamente, também temos a parte da fiscalização, dos serviços públicos. Aqui temos presente um colega, o Dr. Wesley Conde, que tem uma parcela de atuação nessa área. Mas me preocupo muito com a questão da divulgação. Confesso que, em que pese esse número expressivo, além da mídia espontânea e além de eu ter desobedecido ao Procurador-Geral e dizer que o Ministério Público não ia para as ruas, que ia para dentro das casas de todos os pernambucanos. Assim nos fizemos com 1,800 milhão de contas de água, com o *slogan*: “Violência contra a mulher é crime. Denuncie.” Desobedeci, portanto, ao procurador-geral que só nos queria na rua. Eu entrei nas casas dos pernambucanos junto com a nossa equipe. Entramos, Procurador-Geral.

Minha preocupação é que ainda não pegou. A Lei Maria da Penha está aí, Lei Maria da Penha está aí, cuidado com a Lei Maria da Penha, mas as pessoas ainda não se chocam, não se chocam com a violência doméstica. Essa é a verdade.

Para aqui, recentemente, – mais uma vez cito que foi minha anfitriã a Deputada Mary Gouveia –, eu trouxe um dado, que agora nós estamos tentando, porque as nossas ações elas se aglutinam; elas não se perdem; uma hora é capacitação; outra hora é divulgação. Não! Nós estamos tentando agora inserir nesse conjunto de ações – agora vem para a ação Bem Me Quer, um dado bastante interessante E eu vou dar o dado do Brasil e vou dar o dado de Pernambuco, para ver se só assim a gente se choca. E mais uma vez eu bato na tecla, e me parece mantra, do nome epidemia. Nós temos um medo danado desse nome “epidemia”, um medo da dengue, a dengue mata. O Governo Federal está aí com propaganda, o governo estadual também em cima, para combater essa epidemia, os governos municipais. No Brasil, no ano passado, 2011, morreram 191 pessoas por causa da dengue; 4000 mulheres foram assassinadas. E nós não notamos que isso é epidemia. *(Palmas.)*

Em Pernambuco, 13 pessoas morreram por causa da dengue; 273 mulheres foram assassinadas no ano passado. E as pessoas ainda não se tocaram que é uma grande epidemia.

Por isso é que estamos divulgando este número 180. E a partir do momento em que conseguimos divulgá-lo, entrar na casa das pessoas, nós tivemos ainda é estimativo, não é um dado estatístico, um aumento de 66% do número de denúncias através do 180. Inclusive eu fui um dos reclamados. A reclamação foi assim: Dona Delza, uma pessoa que eu conheci, trabalhei no processo dela, reclamou que eu tinha pedido absolvição porque eu não sou só o coordenador, mas sou o promotor, trabalho com Drª Tereza, que eu tinha pedido a absolvição do seu agressor, embora existentes todas as provas nos autos para a sua condenação. E eu, como servidor, tenho apenas, permitam-me uma expressão nordestina, baixar as orelhas e passar a reclamação para a Ouvidoria e, se for o caso, a orelha ser puxada. Então, funciona? Funciona.

A grande saída para essa lei é a denúncia, e é a capacidade de o Estado, seja aí o Município, sejam aí as unidades federadas, seja o Governo Federal, o Ministério Público, conseguirem chocar as pessoas, porque as pessoas ainda não estão chocadas com o caso da violência doméstica contra a mulher, essa verdadeira epidemia.

Nós estamos à disposição de dados com mais detalhes. No relatório inclusive enviado por intermédio, ou melhor, enviado à Secretaria Estadual, que deverá chegar às mãos de V. Exªs...

Fica aqui a minha sugestão de nós fazermos uma campanha nacional comparando esses dados, ou quem tiver uma melhor ideia, porque a lei pegou, mas a situação gravíssima ainda não choca. *(Palmas.)*

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JOÃO MARIA** – Como?

É minha ainda a palavra?

Nós temos apenas que ter um cuidado. Eu concordo com as senhoras. Inclusive há uma tese do Ministério Público nacional para não caber fiança no caso de violência doméstica contra a mulher. Ok? Existe isso.

Nós estamos decidindo...*(Palmas.)*

Na próxima reunião da Copevid, virá uma súmula da Copevid. Nós não admitimos fiança, mas temos que ter cuidado e respeito com algo chamado lei. Lei é a tentativa débil do homem – essa frase não é minha – de estabelecer a Justiça. Então, estamos caminhando, há uma tendência do Ministério Público nacional, em bloco, em entender o não cabimento da fiança nos crimes praticados contra a mulher em situação de violência doméstica. E fica a resposta, espero que a senhora me cobre dentro de 90 dias após a realização da próxima reunião da Copevid, que eu faço parte.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG ) – Muito obrigada, Dr. João Maria, que, segundo a Deputada Luciana, é conhecido como Dr. João Maria da Penha, sem dúvida nenhuma, as preocupações levantadas pelos Plenário dizem respeito também ao Congresso Nacional, para que a gente possa dar respaldo às decisões que os senhores estão encaminhando na Funavid.

Queria, neste momento, chamar para fazer uso da palavra o Exmº Sr. Juiz Carlos Humberto Galindo, que dividirá o seu tempo também com a Drª Maria Tereza Paes de Sá Machado, Juíza do Juizado de Violência Doméstica Familiar Contra a Mulher de Pernambuco. V Exªs dispõem de até vinte minutos.

**O SR. CARLOS HUMBERTO GALINDO** – Boa tarde a todos, boa tarde Srª Senadora, Relatora, boa-tarde a todas e a todos, boa-tarde Srªs Deputadas e Deputados, quero dizer aos senhores que o Poder Judiciário de Pernambuco, honrosamente tem uma referência de magistrada no Juizado da Mulher que é a Drª Tereza Machado que falará daqui a pouco, a cerca de números e de outras questões que ela queira abordar. Eu dividi com ela o tempo de dez minutos talvez eu fale muito menos, porque como assessor do Presidente do Tribunal de Justiça eu tenho que me ater apenas a números, a questões mais pontuais e explicar para os senhores porque nós estamos em débito com a questão da proteção à mulher com relação ao combate a violência.

O Tribunal de Justiça participa do Programa Governamental, chamado Pacto pela Vida, aqui mencionado já pelo Secretário Damázio e eu represento o Poder Judiciário naquele programa. A Drª Cristina sempre tem participado também das reuniões e é uma grande cobradora de ações do Poder Judiciário. Elas nos cobras reiteradamente a instalação de juizados que foram criados e ainda não instalados.

Nós temos cinco juizados criados nas cidades Joabatão, Igarassu, Cabo, Camaragibe e Olinda. Ele pleiteou junto ao Presidente do Tribunal a instalação dos cinco juizados. O Presidente disse para ele que teria condições de instalar pelo menos dois, foi o que ele disse para as eminentes parlamentares que estiveram com ele hoje pela manhã.

Telefonei para ele agora a pouco no intervalo, antes de começar a sessão, e disse que a Drª Cristina estava reiterando os pleitos anteriores de instalação de mais juizados e ele me disse que podia assegurar que pelo menos três ele instalaria. E eu vou defender que ele instale os cinco, que ainda é pouco, na região metropolitana.

Quero também dizer para as senhoras e senhores, especialmente para as senhoras, que nos Municípios onde não há juizado são os juízes criminais quem cuidam dos assuntos relativos à violência doméstica contra a mulher. Nas varas esse assunto é tratado e ele é tratado especificamente também nos juizados. O Juizado de Violência contra a Mulher tem números, números significativos que a Drª Tereza vai passar para senhoras e senhores daqui a pouco. E eu digo apenas também, acrescentando, o seguinte: das questões que foram formuladas pela eminente relatora, perguntando por que ainda não foram instalados esses juizados; e a questão dos juizados passa pela quantidade de magistrados que cuidem desses juizados, que assumam a presidência desses juizados.

Nós temos hoje no Estado de Pernambuco 190 vagas para magistrados. Foi feito um concurso recentemente, que ainda está se ultimando e somente 52 magistrados estavam habilitados e somente 50 remanesceram para fazer a última prova que deve se realizar já agora no mês de maio. Então nós temos uma demanda reprimida, muito grande de falta de magistrados e também de serventuários, por mais que o tribunal tenha contratado pessoas para essa finalidade.

Dos cinquenta magistrados que ingressarão, a maioria ocupará principalmente as cidades de menor porte no sertão para que os magistrados que já lá se encontram venham para a região metropolitana e os da região metropolitana ascendam à capital.

Hoje, na capital, temos uma média de três varas para cada magistrado. Todos estão acumulando varas, assim como o Ministério Público tem deficiência de pessoal. Embora saibamos que é justo e cabível esse orçamento da STS de R$2,5 bilhões, o Poder Judiciário recebe um terço desse valor, porque é verba do Estado. O Estado já faz um esforço muito grande, temos que reconhecer, nesse aspecto, porque os orçamentos desses poderes são submetidos ao governo do Estado na proporção da disponibilidade recursal, ou melhor, da disponibilidade financeira que eles alocam esses recursos para cada um dos poderes. E o Tribunal de Justiça, como era a expectativa da presidência anterior, não contratou 140 magistrados dos 190, porque apenas 50 foram aprovados no concurso, embora cinco mil tenham se inscrito.

Por esse motivo, Srªs e Srs. Parlamentares, ainda não foram instaladas essas varas, porque instalar e não prover de magistrados e serventuários não é muito honesto e temos que primar por isso. Mas neste ano temos previsão orçamentária e com o ingresso desses magistrados instalaremos, sem dúvida nenhuma, os cinco juizados na região metropolitana.

Quanto à pergunta se esses juizados seriam regionalizados para atender mulheres de outros Municípios, a lei prevê assim, mas nada impede, em se observando na prática que se inviabiliza o acesso das pessoas aos juizados, que a lei seja modificada no sentido de que ou elas continuem sendo atendidas pelas varas dos Municípios em que elas residem, ou onde os fatos ocorram, ou, ainda, que se criem novos juizados e sejam efetivamente implementados.

Há mais alguns números que a Drª Tereza vai responder. Apenas lembraria aos senhores e às senhoras que, além dessas atividades que tenho na área criminal, durante algum tempo militei na área de execuções penais. E quando falamos em violência contra a mulher, não voltamos muito os olhos para a situação das mulheres presas. A Drª Cristina faz um grande esforço nesse sentido porque ela pleiteia com um dos projetos que ela está começando a elaborar que essas unidades prisionais femininas venham para a Secretaria da Mulher.

É um pleito que ela faz, mas que depende, naturalmente, da decisão governamental e estadual. Parece-me que seria uma excelente medida não somente pela pertinência do caso entregue a uma mulher que titula a Secretaria, como também pelo esforço e pela necessidade de que uma mulher cuide das mulheres, porque parece que os homens não são bons cuidadores. (*Palmas*.)

Faço parte também do Provita, que é o Programa de Proteção à Testemunha, e vi em uns relatórios, em uma reunião há alguns dias, que há poucas mulheres protegidas pelo programa. Isso porque as autoridades não encaminham mulheres testemunhas para o programa de proteção. E o serviço de proteção também não é dos melhores. Parece-me que o Serviço de Proteção à Testemunha deveria ser revisto, reestudado e reanalisado, de modo que pudéssemos atender ao seu objetivo.

Para finalizar e entregar a palavra para a Drª Maria Tereza, quero dizer que foram criadas 100 varas, boa parte delas criminais, no Estado de Pernambuco. Ainda não foram instaladas, mas o serão brevemente. E aumentando o número de juízes criminais, também se aumenta o atendimento às mulheres no interior, onde não há juizado. O critério utilizado...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Solicitamos que sejam concluídas as questões, para que possamos chegar a bom termo no processo de registro das exposições.

Por gentileza.

**O SR. CARLOS HUMBERTO GALINDO** – O critério utilizado para criação de juizados especializados é vinculado à demanda. Então, essas cidades da região metropolitana que mencionei têm uma grande demanda reprimida de situações de violência contra a mulher. O objetivo desses juizados criados é atender a essa demanda transferindo das varas esses processos que já existem para que sejam tratados por juízes especializados.

Com relação ao interior, como há uma demanda menor, existem no interior situações que chamam muita atenção, não há dúvida, mas o quantitativo não é tão grande em algumas cidades ou na maioria das cidades mais distantes, como é na região metropolitana e na capital que, sozinhas, acumulam mais de 50% do número de crimes do Estado de Pernambuco. Está aqui o Dr. Damásio que possivelmente corrobora o que estou dizendo. Mas isso não inviabiliza que se criem futuramente juizados também nas cidades do interior do Estado, até porque a mulher violentada deve receber, da mesma forma, atenção em qualquer lugar do Estado do Pernambuco e do País.

Então, Srª Presidente, finalizo a minha fala. Agradeço e convido, se a senhora me permite, a Drª Tereza, para que venha complementar.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradecemos ao senhor e passamos a palavra, por dez minutos, para a Drª Maria Tereza.

**A SRª MARIA TEREZA MACHADO** – Boa tarde a todas e a todos. Acho que já conheço a grande maioria das pessoas aqui do Grupo de Movimento de Mulheres. Sou Maria Tereza Machado, juíza titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca da capital, do Recife.

O juizado foi instalado, inicialmente, no dia 8 de março de 2007, no dia em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. E foi o primeiro juizado do Norte e Nordeste instalado aqui. Foi o nosso, em Recife. Fui, na oportunidade, designada como juíza para responder por esse juizado e, depois, titularizei-me nesse juizado.

Com pouco tempo de funcionamento, cerca de um ano, o juizado já estava com sua demanda totalmente saturada, porque o grande número de processos que nós recebemos – e ainda recebemos – era muito grande. Então, logo em seguida, foi criado o 2º Juizado de Violência Doméstica também aqui na Comarca da capital que, apesar de estar instalado há cerca de dois anos e três meses, ainda não conta com um juiz titular, dada a carência de magistrados, como já dito pelo Dr. Humberto Inojosa. Então, a cada mês, um juiz substituto ou um outro juiz acumula a demanda desse juizado.

Quanto aos índices da violência contra a mulher, efetivamente, de acordo com o código da organização judiciária, os juizados funcionam em dois turnos. O primeiro, no horário das 7 às 13 horas, e o segundo, das 13 às 19 horas. E eles não têm interligação entre um e outro. Mas é um horário estipulado pelo código de organização judiciária. Todas as varas judiciais do Estado funcionam no turno de 6 horas corridas.

Quanto aos números dos juizados, temos a demanda maior do que qualquer vara no Estado de Pernambuco. Só o 1º Juizado recebeu, em relação às medidas protetivas de urgência, cerca de 5.984 processos, ou seja, mensalmente, recebemos, só a título de medidas protetivas de urgência, cerca de 200 processos mensais. Isso me causa uma angústia muito grande, porque a Lei Maria da Penha estabelece o prazo de 48 horas para que o magistrado aprecie aquele pedido de medida protetiva e defira-o ou não.

E cerca de 90% desses pedidos de medida protetiva são oriundos da Delegacia da Mulher. A mulher vítima da violência dirige-se à Delegacia, registra a ocorrência e, na mesma oportunidade, requer o pedido de medidas protetivas sem necessidade de procurar um defensor público ou um advogado. Quando recebemos aquela demanda, muitas vezes não temos nenhum subsídio ali para deferir ou não aquela medida protetiva. Então, nos juizados, procuramos entrar em contato com aquela mulher por telefone, mandar carta, mandar o oficial de justiça lá para trazê-la, mas tenho a preocupação de pelo menos, inicialmente, já determinar o afastamento dele do lar; e que ele não se aproxime dela, não entre em contato com ela, que não frequente a residência nem o local de trabalho.

Durante esse período, nós tivemos 226 processos abertos. Entre as medidas protetivas deferidas, que são cerca de 90% – a não ser que não tenhamos nenhum subsídio, nenhum dado para deferir –, não tivemos caso de nenhuma mulher que não tenha sido abrangida por essa medida protetiva. Ela tem consciência daquilo, e nos casos de reincidência, é, sim, decretada a prisão preventiva daquele agressor. Então, houve vários casos de prisão preventiva decretada por descumprimento de medidas protetivas. E, graças a Deus, pelo menos em relação ao primeiro Juizado de Violência Doméstica, não temos notícia de nenhuma mulher assassinada depois que aquele suposto agressor e que aquela mulher tomaram conhecimento do deferimento daquelas medidas protetivas. Agora, muitas vezes, não há como apreciarmos uma questão de alimentos, porque a delegacia manda apenas “requer alimentos”. Não sabemos o trabalho, não sabemos a necessidade daquela mulher, porque R$100 pode ser muito para uns e pouco para outros. Então, fica difícil, às vezes, lidarmos com aquilo. Também há nossa carência de pessoal. No juizado eu só conto com sete servidores. É um número muito aquém da necessidade, dada a nossa demanda de processos.

Com relação aos agressores condenados – estou falando isso com dados do primeiro juizado, porque sou juíza titular apenas do primeiro juizado; não posso falar com relação a dados do Estado ou de outro juizado –, são 102 agressores condenados. Ocorrências envolvendo estupros, 43; e o número de processos julgados foi este dado que já dei: 5.866 processos.

Mas é muito importante que tenhamos consciência também que o juizado, de acordo com a Lei Maria da Penha, não é uma Vara judicial comum. Essa lei estabeleceu parcerias com o Poder Público. Então, o juizado tem que trabalhar de forma integrada, e nós estamos procurando fazer essa integração. E nosso juizado conta também com equipe multidisciplinar de assessores, de psicólogas, de assistentes sociais, o que é de fundamental importância no julgamento dessas demandas, porque não estamos lidando com criminoso comum. Estamos lidando com o companheiro, com o pai daquela mulher, com o ex-companheiro, pai dos filhos dela. Muitas vezes, a mulher não quer que aquele homem fique na cadeia para sempre. Ela quer que ele pare de beber. Ela quer que ele pare de chegar em casa embriagado e vá agredi-la, vá agredir os filhos. Ele não bate no amigo de bar, mas chega em casa e agride a mulher.

Então, é de essencial importância a intervenção dessas psicólogas, dessas assistentes sociais, para nos dar um suporte para decidir aquela questão. A mulher não está lidando ali com uma pessoa que a assaltou, que a furtou na rua. É o pai dos filhos. Ela convive com aquilo.

Assim, é importante não só a ampliação do número dos juizados, mas também que os juizados funcionem dessa forma, contando com essa equipe multidisciplinar; e também como funciona nosso primeiro juizado, em que a Defensoria Pública também atua dentro do juizado, tanto a Defensoria de defesa da mulher quanto a que defende aquele suposto agressor e o Ministério Público.

Portanto, eram esses os dados, as pinceladas que eu teria a dar com relação ao primeiro Juizado de Violência Doméstica.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas*.)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Drª Maria Tereza.

Nós escutaremos agora a sociedade civil, que, como os demais setores, dividirão seu tempo de 20 minutos. Passarei a palavra à Senadora, mas também à sociedade civil.

Já chamo para se aproximar Elaine Neves, que é da assessoria da Diretoria de Políticas para as Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco; e Betânia Serrano, do Fórum de Mulheres.

Antes, nossa Relatora terá algumas considerações a fazer.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Quero aproveitar, antes que outras falas aconteçam, a partir das respostas e a partir também do que nós ouvimos, eu gostaria de fazer alguns questionamentos e algumas recomendações ou pedidos.

Na verdade, para a secretaria, para a Srª Cristina Buarque, eu queria fazer duas perguntas, se for possível para a senhora responder agora à tarde, que é sobre o Centro de Referência de Recife.

Quantas mulheres foram atendidas em 2010 e 2011, nesse Centro de Referência e se a equipe técnica está completa.

Para o Sr. Wilson, que é o Secretário de Defesa Social, com relação ao caso Isaelma, eu gostaria de fazer aqui um requerimento verbal. Solicito que este caso seja tratado com a devida prioridade por parte da Secretaria de Defesa Social e da Delegacia de Homicídios.

Estou aqui fazendo um requerimento verbal que vai constar em ata. Então, que seja dada a devida prioridade porque, se não houver prioridade para investigar o paradeiro do homicida, ele, com certeza, não será preso e o mandado de prisão não será cumprido. Então, é preciso realmente dar prioridade a isso.

Há outra questão que eu gostaria de abordar aqui com o nosso Procurador-Geral, Dr. Aguinaldo. Primeiro, gostaria de agradecer a atenção que deu, e que tem dado, ao caso da Adriana. Mas, em especial, esta relatoria gostaria de receber todas as informações sobre este caso, inclusive sobre as audiências que têm sido realizadas em Água Preta. Então, faço este pedido para o senhor. Gostaríamos muito que o senhor passasse para nós.

Por último, a nossa equipe, a nossa assessoria ouviu, enquanto estamos reunidos aqui, o depoimento de uma pessoa. Quero aqui expor o que foi ouvido e peço a atenção de vocês.

O que eu quero aqui? Quero fazer um pedido de informação também para o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Aguinaldo. Nós queremos informações detalhadas do Ministério Público acerca do processo que envolve a morte de Christina Gabrielson, mineira que migrou para Pernambuco e foi assassinada pelo ex-companheiro em 1995. Passados quase 20 anos desde a prática do crime, o réu Anthenor Ferreira Gouveia Pimentel Beleza Neto, filho de pessoas influentes aqui do Estado, não foi julgado e nem há previsão de julgamento. Pelo menos é o que se sabe até agora e que nós ouvimos da pessoa que nos deu o depoimento. Então, interessam-nos essas informações, porque esse caso será acompanhado pela CPMI de agora em diante. *(Palmas.)*

Sim, Dr. Aguinaldo, pode falar, por favor.

**O SR. AGUINALDO FENELON DE BARROS** – Srª Relatora, apenas para orientar o trabalho do Ministério Público, gostaria de saber se o caso está com o Ministério Público, se o processo está com o Ministério Público. Facilitaria muito a localização, já que esse processo é de 1995, o fato.

**A SRª ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Está na Primeira Vara do Júri. E só para reforçar o nome do réu: Anthenor Ferreira Gouveia Pimentel Beleza Neto.

**O SR. AGUINALDO FENELON DE BARROS** – Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós passamos a palavra agora para Betânia Serrano, pelo Fórum de Mulheres, que disporá de 10 minutos para suas considerações.

**A SRª BETÂNIA SERRANO** – Boa tarde a todas e a todos aqui presentes.

Nosso Fórum de Mulheres está, juntamente com as mulheres negras, trabalhadoras rurais, trabalhadoras domésticas, mulheres sindicalistas, lésbicas, mulheres vivendo com HIV/AIDS, enfim, toda diversidade das mulheres pernambucanas, querendo parabenizar a iniciativa do Congresso Nacional, que, como representante da sociedade brasileira, indignou-se com o alto índice de mulheres vítimas de violência no Brasil e resolveu instituir a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Violência contra Mulher, com a finalidade de investigar a situação de violência contra as mulheres no Brasil e apurar denúncia de omissão dos Poderes Públicos Executivos e Judiciários, com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres vítimas de violência.

O Poder Legislativo aprovou a Lei Maria da Penha e hoje está aqui para inquirir os outros Poderes, Executivo e Judiciário, sobre os possíveis entraves à efetivação da lei. Ou seja, o foco desta CPMI, como está escrito em seu plano no trabalho, não é investigar casos de violência e, sim, apurar causas que podem revelar as possíveis fragilidades e insuficiências do aparato institucional do Estado brasileiro na proteção às mulheres.

Portanto, é esperado que esta CPMI faça um diagnóstico das lacunas existentes entre o sistema de segurança pública, o Judiciário e os demais serviços, avaliadas as condições estruturais, administrativas e orçamentárias desse sistema e apresente propostas de aperfeiçoamento das políticas de combate à violência contra a mulher. Nós saudamos essa iniciativa e queremos dar nossa contribuição nesse processo.

A violência cotidiana sofrida por nós mulheres é resultado do patriarcado, sistema de dominação e exploração dos homens sobre as mulheres, que institucionaliza a violência sexista nas práticas sociais e em diferentes instituições da nossa sociedade, como a família e o próprio Estado. Por esta razão, só chama atenção da sociedade quando somos assassinadas. E, consequentemente, quando o número de assassinatos de mulheres diminui em algum lugar, as pessoas começam a construir a ideia de que isso é sinal de que a violência doméstica ou a violência contra a mulher está diminuindo. Isto não é verdade! O assassinato é o extremo da violência. Portanto, quando ele não acontece, não significa que não tem violência e, sim, que ela não foi devidamente enfrentada. *(Palmas.)*

O assassinato é um desfecho mais trágico de situações que muitas vezes perduram por anos e, em muitos casos, das falhas do poder público na proteção às vítimas em situação de violência e àquelas que buscaram sair dessa situação, mas o Poder Público não conseguiu aplicar medidas que as protegessem.

Nós mulheres negras somos vítimas dessa violência há séculos, desde o estupro colonial. E nos dias de hoje, continuamos apontadas e tratadas como objetos e mercadorias, vítimas principais do tráfico e da exploração sexual; e somos a grande maioria, mais de 80% das mulheres assassinadas no estado. Somos aquelas que enfrentamos mais dificuldades para superar as situações, por conta das condições de vida produzidas pelo racismo, ainda não superado pelo Estado brasileiro.

Nós mulheres somos vítimas de violência institucional nos serviços de saúde. Quando chegamos para sermos atendidas após sofrermos violência sexual, não somos informadas sobre o kit de profilaxia criado para evitar que sejamos contaminadas pelo HIV, HPV e Hepatite C, nem sobre termos uma pílula do dia seguinte, que é para evitar a gravidez e não é abortiva, mas que alguns teimam em dizer que é; e alguns profissionais se negam a informar à mulher; ou então, os serviços que são referenciados pelo Estado, os municípios realmente não os têm. Isso é violência institucional.

Somos vítimas de violência institucional do Estado quando transferem delegacias especializadas da mulher para dentro de quartéis da Polícia Militar, um ambiente extremamente masculino e intimidador para denunciarmos agressores por violência. E se eles forem um policial, aí que não vamos conseguir denunciar essa violência. *(Palmas.)*

Além disso, nas delegacias especializadas da mulher, os boletins de ocorrência não estão saindo em prazo menor do que trinta dias. E ainda estão exigindo duas testemunhas para que o boletim ocorra. Isso fere a Lei Maria da Penha.

Para piorar, quando o boletim de ocorrência solicita medidas preventivas, é enviado ao juizado e as medidas protetivas chegam às vezes até com seis meses de atraso. Por isso, não aceitamos quando o Secretário de Defesa Social vem aqui dizer que a maioria das mulheres que morrem nesse Estado está metida em crimes. A maioria das mulheres que morrem no Estado é porque o Estado não consegue protegê-las a tempo e elas têm que passar por tudo isso. *(Palmas.)*

Nós não aceitamos que todas elas sejam tratadas como criminosas. Isso não é verdade.

Continuamos sofrendo violência institucional quando, apesar das Leis 13.169, de 2006, e a Lei Complementar 143, de 2009, estabelecerem a criação de sete juizados para a Região Metropolitana, e, no período de 2007 e 2010, apenas dois foram efetivamente implantados e têm uma situação restrita de jurisdição para o Município de Recife.

A situação se agrava porque esses juizados funcionam no mesmo espaço físico; cada juiz trabalhando meio expediente, apesar de a juíza ter explicado para a gente, mas a Lei Maria da Penha prevê um juizado de plantão 24 horas. E é isso que a gente quer que seja cumprido.

Mesmo que esses serviços sejam criados, eles só vão atingir a Região Metropolitana de Recife. A Zona da Mata, o Agreste e o Sertão de Pernambuco vão permanecer descobertos. E a escassez desses serviços *(Palmas) .*gera uma grande demanda reprimida, morosidade no julgamento do processo no âmbito do Judiciário, contribuindo com a impunidade, a não adoção de medidas protetivas e, consequentemente, favorecendo a perpetuação de situação de violência. Vidas de mulheres foram roubadas, estão ameaçadas pelo não cumprimento de medidas protetivas, pela morosidade do Poder Judiciário, na Zona da Mata, no Sertão, e aqui também, na Região Metropolitana, como é o caso da Maria Estela, em que nada foi feito e ninguém foi preso.

Os Municípios de Recife, Cabo de Santo Agostinho, Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Goiana e Petrolina possuem instalados centros de referência para atendimento a mulheres em situação de violência. Entretanto, nenhum desses centros funcionam integralmente, porque eles não têm, não cumprem as normas técnicas previstas pela Secretaria. As suas equipes não são multidisciplinares e não estão completas; alguns nem atendem em final de semana, quando a gente sabe que, no final de semana, o índice de violência contra a mulher aumenta. *(Palmas.)* O funcionamento precário desses centros nos preocupa, porque na rede eles teriam que dar o primeiro acolhimento a essa vítima e seriam eles que iriam dar todo o encaminhamento.

No que se refere às Casas Abrigo, não sabemos quantas Casas Abrigo sob a responsabilidade do governo estadual estão funcionando e nem as condições que as mesmas funcionam, uma vez que nem o conselho estadual conseguiu visitá-las

Sabemos que as mulheres do interior, em ameaça e que precisaram do abrigamento e que nós acompanhamos, enfrentaram uma peregrinação para serem efetivamente acolhidas; e outras, que não conseguiram serem acolhidas, tiveram que mobilizar recursos de outras formas para sair do Estado com seus filhos. Em que condições elas vão refazer as suas vidas?

Sem recursos não há políticas públicas, muito menos políticas públicas integradas para proteger as mulheres, acabar com a impunidade e garantir as condições de superar a violência e reconstruir vidas com autonomia. Os mecanismos de políticas para as mulheres, sozinhos, não poderão garantir a efetiva ação dessas políticas.

Defendemos políticas integradas, a articulação de todas as secretarias, entes e, poderes para prevenir, proteger as mulheres, punir os agressores e garantir condições de reconstrução de suas vidas. E, para isso, é preciso que o Governo Federal, os Estados e os Municípios aportem recursos públicos para garantir a infraestrutura, pessoal concursado, integração das mulheres nos serviços de habitação, trabalho e renda. E queremos instrumentos de transparência que, no âmbito dos Estados e Municípios, nos permitam monitorar a aplicação desses recursos. *(Palmas.)*

Queremos denunciar a situação de vulnerabilidade, a violência produzida pelo modelo de desenvolvimento do Estado; denunciar o que vem acontecendo em Suape, nas obras da transposição e na Transnordestina. Para nós mulheres, as conseqüências do crescimento tem sido precarização das condições de vida em Municípios que passam a receber um imenso contingente de trabalhadores e a exploração sexual, a violência sexual contra mulheres e meninas aumenta.

Nós, mulheres, nesta região, não temos sido beneficiadas com os possíveis benefícios desse modelo, que seria a renda. E temos que ficar com a sua pior conseqüência que parece invisível ainda ao poder publico. Queremos denunciar a situação de vulnerabilidade das mulheres vivendo com HIV/Aids, das mulheres vítimas de crime e de ódio no contexto do tráfico de crack, das mulheres rurais e das mulheres lésbicas.

Por fim, avaliamos ser de extrema importância que esta CPI além de ouvir e inquirir gestores das políticas públicas: governadores, prefeitas e prefeitos, secretários e secretárias o Poder Judiciário também visite e avalie os serviços, as delegacias, os juizados, os centros de referência, casa-abrigo para saber o que existe de fato: funcionamento e acessibilidade desses serviços.

Será possível que esta CPMI vai fazer um diagnóstico, avaliar as condições estruturais, administrativas e deficiência do sistema de segurança pública, judiciário, nos Estados, sem checar o que realmente existe nos Estados e Municípios?

Outro ponto que gostaríamos fosse esclarecido para nós, enquanto cidadãs se houver realmente comprovação de omissão do Estado, do Poder Executivo ou do Judiciário, eles vão sofrer alguma sanção? *(Palmas.)*

Esperamos que os trabalhos desta comissão não se encerrassem nesta Audiência Pública, hoje, que outros espaços de monitoramento, fiscalização e diálogo possam ser criados. E que, nós do movimento de mulheres, que também temos como contribuir para a efetivação da implementação da Lei da Marinha da Penha, para a efetivação de uma rede de serviço que cumpra com as suas normas técnicas, com a necessidade de atendimento digno a nós mulheres e para as políticas integradas que erradiquem a prática de violência dos homens e do Estado, de nossas vidas.

Queria passar também um dossiê do fórum de mulheres e dos outros movimentos aqui presentes para a comissão. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, Betânia.

Passamos a palavra a Elânia Neves, da Federação dos Trabalhadores em Agricultura de Pernambuco.

**A SRª ELÂNIA NEVES** – Boa tarde a todas e todos, estou aqui na condição de Assessora da Diretoria de Mulheres, que por motivo de doença ficou impossibilitada e me delegou esse papel.

Como nós ajudamos o Fórum a construir, comungamos um pouco de tudo que foi colocado pelo Fórum, e durante o processo de construção das “Marchas das Margaridas”, onde colocamos m Brasília 100 mil mulheres, e uma das questões que pautamos foram a violência contra as mulheres, nas oficinas de preparação um dos temas era: violência contra as mulheres, violência sexista e não sexista.

E o que as mulheres trazem muito forte é a naturalização da violência como se isso fosse comum. E a gente traz para a nossa reflexão a naturalização, porque isso se expressa na forma como o Estado nos assiste, nos acolhe de como o sistema de acolhimento às mulheres é colocado.

E, aí, a violência institucional. Nós não temos como apresentar caso, porque as denúncias elas estão amarradas a toda uma rede de acolhida que as mulheres não têm. Então denunciar para quem se a gente não tem acolhimento para resguardar as nossas condições. Então, não há dados escritos, materiais. Temos só as falas das mulheres que trazê-las para cá é colocá-las mais anda numa situação de vulnerabilidade. Então, uma das coisas que a gente coloca como desafio é desinstitucionalizar a violência contra as mulheres.

Não é justo que mulheres em situação e abortamento, por exemplo, que a gente tem encontrado escutado muito, sejam acolhidas nos serviços e sejam negligenciadas no atendimento só porque elas estão em situação de abortamento. Não convém ao serviço de saúde, por exemplo, negar o atendimento, quer seja aborto legal ou não. Convém ao serviço garantir a assistência. E temos refletido sobre tudo isso; nós somos usuárias que refletimos sobre isso, cabe ao Estado olhar com muita atenção os profissionais que seleciona, ao tipo de serviço que é prestado para que nós não sejamos mais vítimas ainda do acaso.

Outra questão que tem sido colocada pelas mulheres e que é muito forte, porque a gente não vivencia, não vê, é que por ausência de interiorização do serviço de acolhimento das delegacias, as mulheres não têm como se socorrerem. Não somos contra nenhum modelo de desenvolvimento, pelo contrário, queremos um Pernambuco forte, um Pernambuco organizado, um Pernambuco que seja para homens e para as mulheres, afinal a sociedade é feita por homens e por mulheres.

Nós nos relacionamos, nós também estamos na política e nada mais justo que essa sociedade seja para homens e para mulheres, mas o desenvolvimento, que está posto, está negando a situação em que as mulheres são colocadas. Temos ouvido falar que a violência é coisa de mulher pobre e negra. Eu tenho refletido isso e debatido muito, porque a violência é coisa de toda a sociedade pernambucana, de toda a sociedade brasileira.

A violência é uma doença social, e a gente precisa acabar com ela, buscar as curas. E convém ao Estado, com todos os seus aparatos, buscar contribuir para que isso seja solucionado. A gente faz a nossa parte, a gente denuncia, a gente milita, a gente grita, a gente faz vigília, mas cabe ao Estado instituído, pelos seus poderes, garantir com que isso seja, de fato, implementado, executado e monitorado, com o controle das mulheres, com o controle de toda a sociedade pernambucana. A violência não é porque Deus quer, não é porque nós somos meramente mulheres. Nós somos cidadãs, nós votamos, nós temos acesso aos mercados de trabalho, mas nós precisamos ser olhadas como cidadãs de fato.

Outra questão que as mulheres rurais, em função da marcha refletiu, e aí minha fala está muito alimentada sobre o processo de construção das marchas... A escuta se dá, acho que a gente precisa ouvir muito mais as mulheres que são usuárias dos serviços... É que, por exemplo, como eu vou dizer às instituições que são responsáveis pelo serviço, quer seja saúde, quer seja delegacia, que a violência não é uma coisa da mulher, se são as pessoas que vivenciam o sistema patriarcado, que está arraigado na sua cultura, que dizem: Ah, você também, com a sua roupinha, quer o quê?

A gente tem que refletir sobre tudo isso. E as mulheres rurais, com o *boom* que está acontecendo, pela sua miserabilidade e vulnerabilidade, porque a pobreza traz miséria e muita, e a gente não reflete sobre ela, estão se submetendo a algumas condições porque precisam sobreviver, e isso as torna vulneráveis ao mundo capitalista que não está nem aí para o que ela vivencia. E a gente precisa refletir sobre isso*. (Palmas.)*

Eu sou da cidade de Escada, que é considerada a cidade mais violenta do País. Está nos dados. Tem um jornal que divulgou. Eu moro no Cabo de Santo Agostinho e fico, assim, abestalhada, o termo é esse, porque a gente não tem outro termo para dizer, quando a gente chega lá e vê a situação que é o índice de exploração sexual que está tendo.

Gente, nós temos que refletir, porque nós não tínhamos a vocação que a gente tem hoje. E olhar para a Zona da Mata hoje como está e dizer assim: Todo mundo está inserido nesse modelo? As mulheres estão se apropriando dos mecanismos que as fazem se desenvolver e crescer com dignidade? As mulheres do agreste, do sertão, também estão?

Uma coisa que a gente refletiu, só para concluir, é que para denunciar, para eu me sentir à vontade para dizer: Olha, estamos aqui, o que a gente quer é respeito, é direito à vida, é ser feliz, porque todo mundo sonha com a felicidade, porque é o momento mais culminar da vida do ser humano é olhar para o outro e dizer: Poxa, eu estou feliz e eu consegui construir a minha vida pautada no meu direito e na minha cidadania.

Então as mulheres não têm... E se vocês observarem muito melhor a gente está lutando por casas abrigo, porque é o único mecanismo que ainda as mulheres têm para viver, porque os caras batem nelas, os caras ferram elas e elas que vão viver presas. A gente tem que refletir sobre isso. Elas e os seus filhos é que vão viver presas. E muitas outras como eu conheci do Goiás, porque a gente tem articulação interestadual, que têm o seu nome até mudado, sua identidade totalmente alterada para poder guardar a sua vida. Vamos refletir sobre isso, porque não é justo e Deus fez a vida para todo mundo, Deus fez a sociedade para todo mundo, nós apenas a re-desconstruímos e mudamos o foco para atender as nossas necessidades.

As mulheres não são objeto, as mulheres não são meramente máquinas de fazer filhos, as mulheres são cidadãs, que merecem respeito e não estão só se matando, porque dizem que as mulheres estão se matando só porque se envolvem com drogas. Muitas vezes elas são levadas pelo contexto a se envolverem. E a gente tem que refletir sobre as consequências disso e sobretudo sobre as causas que isso tem para a vida das mulheres. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradecemos o veemente depoimento.

Aproveitamos para registrar que é muito bom estar entre nós, escutando essas palavras, o prefeito de Escada, o Sr. Jandelson Gouveia. Obrigada.

Antes de passar a palavra para as parlamentares inscritas, que inquirirão, a Senadora, nossa relatora, quer dar uma informação.

**A SRª ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Quero aqui passar uma informação que acho importante estar socializando com todos vocês.

Acabei de receber do Dr. João o retorno do caso que havia solicitado, da Christina Gabrielson. O processo abriu vistas ao Ministério Público agora à tarde, logo após o nosso pedido aqui, às 16h43min. *(Palmas.)*

Então, o Ministério Público vai agora acompanhar o caso. Não é isso? Que bom!

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Passamos neste momento a palavra para a primeira inscrita, que disporá de até 5 minutos para os seus questionamentos, a Deputada Marina Sant´Anna.

**A SRª MARINA SANT´ANNA** (PT – GO) – Boa-tarde a todas e a todos, às componentes da Mesa, Deputadas e Senadora, ao Senador Humberto, que estava até há pouco e deve estar retornando logo, à Deputada Luciana, à Deputada Keiko, à Deputada Jô e à Senadora Ana Rita.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Desculpe-me, é que o nosso Procurador tem uma audiência agora e deixará a Drª Maria Tereza respondendo pela Procuradoria. Retorno a palavra à Srª Marina Sant´Anna.

**A SRª MARINA SANT´ANNA** (PT – GO) – Por sinal, uma belíssima participação do Procurador.*(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Retornando a palavra à Deputada Marina.

**A SRª MARINA SANT´ANNA** (PT – GO) – Não gostaria de fazer muitos comentários, apenas três perguntas para que possamos registrar esses resultados, são coisas com certo nível de objetividade, até um pouco numérico, para que a gente possa depois utilizar como dados para monitoramento.

O meu nome é Marina Sant´Anna, sou do Estado de Goiás e do Partido dos Trabalhadores. Bom, ao Dr. Carlos Humberto, parece-me que seria mais atinente à área do Tribunal de Justiça, solicitar uma informação da seguinte forma: a Lei Maria da Penha, o senhor, em algum momento, abordou esse assunto, no art. 33 das Disposições Transitórias, abordou anteriormente a obrigatoriedade dos juizados especiais, mas o art. 33, como prevê toda disposição transitória, diz que enquanto não forem feitos os juizados em cada local, em todos os lugares onde se possa prever, onde se possa chegar mais próximos das mulheres, que as Varas Criminais acumularão as competências Civil e Criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

É claro que a ansiedade de todas as pessoas, a partir da edição da Lei Maria da Penha, é que tenhamos de fato o juizado especial. Gostaria de saber que tipo de ação está sendo tomada pelo Tribunal de Justiça para que, enquanto esses juizados não cheguem de fato aos municípios, às comarcas, para que o Poder Judiciário funcione de acordo com o art. 33, colocando as Varas Criminais para julgamento e, portanto, o aprimoramento desses profissionais, sejam os juízes, sejam os atendentes, todas as pessoas relacionadas ao Poder Judiciário, para que possam atender corretamente, porque a experiência que nós temos não é uma experiência muito boa, senão a Lei Maria da Penha nem mandava criar juizados especiais. Então, tanto na área do Poder Judiciário, quanto na área das polícias, a criação de espaços especiais se dá pela experiência anterior, como alguém disse mais cedo, falando do machismo, para resumir o machismo, e uma posição, vamos dizer assim, pouco solidária de profissionais da área ou despreparo mesmo.

Então, gostaria de saber quais as providências que estão sendo tomadas pelo Poder Judiciário local aqui do Estado de Pernambuco. E só é mais outra pergunta, porque não sei se há outras perguntas para V. Sª e também para o outro que interrogo.

A outra é para o Dr. Wilson Sales ou para a Drª Cristina, porque me parece que está em transição a questão relacionada às presidiárias, mas, com relação aos plantões nas delegacias, é diretamente mesmo para o Dr. Wilson. Como que é o quadro de plantões nas delegacias da mulher e outras delegacias onde não há delegacia da mulher para o atendimento 24 horas? Na verdade, nos relatos que nós temos de mulheres que sofrem violência doméstica, muitas vezes, os homens trabalham, mais de 70% são companheiras de dentro de casa. Os homens trabalham e, nos finais de semana e feriados, se embebedam e tudo o mais. Em muitos relatos, acaba havendo uma tendência de haver mais necessidade de funcionamento em horários que às vezes não há disponibilidade. Então, plantão nas delegacias das mulheres e as demais delegacias para o atendimento das mulheres.

Outra coisa também para V. Sª, Dr. Wilson Sales, é relacionada ao atendimento para os casos de violência sexual, para que seja feito exame de corpo de delito, sejam apuradas as condições das mulheres que são estupradas ou que vêm oferecendo uma informação de estupro, se há plantão também de profissionais nas delegacias para o atendimento permanente dessas mulheres, como também de outros profissionais, que seria muito interessante, não em outras áreas da rede de atendimento, mas também em delegacias, como há delegacias pelo Brasil – não sei aqui no Estado de Pernambuco –, com psicólogas, com outros profissionais que podem ajudar naquele momento.

Sobre as presidiárias, que eu havia perguntado antes. Segundo os dados que há no texto do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e outros textos e vem as pesquisas reafirmando isso, quando há mutirões do Poder Judiciário ou de Defensorias Públicas ou do Ministério Público para averiguar como é a situação das presidiárias, em geral, é levantada uma situação muito desfavorável. As presidiárias são tratadas inadequadamente. A Lei Maria da Penha também diz respeito a esse assunto e é objeto de investigação desta CPMI. Além de tratadas inadequadamente, de acordo com a lei, do ponto de vista do cuidado ali no ambiente prisional, ainda as mulheres não têm atendimento de Defensoria, de advocacia, para que possam ter a legislação rigorosamente ouvindo seu processo, assistindo seu processo. Então, nesse caso, mulheres ficam presas mais tempo do que deveriam ou, enfim, não são ouvidas corretamente.

E apenas voltando ao Dr. Carlos Humberto, pedindo desculpas por isso, também com relação aos plantões no Judiciário. A Drª Maria Teresa falou da dificuldade, porque, se ela está em um Juizado e todas as Varas atendem seis horas por dia e um número tão grande de processos chegando, mais de cinco mil, como ela relatou aqui, para nós, então, como é que se consegue fazer com que os processos andem dentro do ritmo que a lei orienta e dentro das necessidades de combater a impunidade.

Minha querida Deputada Jô, eram essas as minhas interrogações. Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada Marina. Passamos a palavra à nossa Vice-Presidente, Deputada Keiko.

**A SRª** **KEIKO OTA** (PSB – SP) – Feliz tarde a todos e a todas. Quero saudar a Presidente desta CPMI, a Deputada Federal Jô Moraes, a Relatora da CPMI, Senadora Ana Rita, as demais Deputadas Federais aqui presentes, a Luciana e a Marina, os convidados e autoridades.

Na condição de Vice-Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher, estendo meus cumprimentos a todos aqui presentes, inclusive os movimentos. Eu tenho certeza de que o Estado de Pernambuco dá um passo muito importante para fazer valer os direitos das mulheres. O que queremos e estamos aqui fazendo é somar, é verificar se o Estado brasileiro se encontra realmente preparado para encontrar soluções que evitem o crescimento dos casos de violência que ainda, infelizmente, são cometidos contra as mulheres.

Para nós, Parlamentares que integramos esta CPMI, interessa saber como anda a aplicação da Lei Maria da Penha. Pesquisa do Instituto Avon aponta que seis entre cada dez pessoas conhece alguma mulher que já foi vítima de violência. No País todo, 94% da população sabe da existência da Lei Maria da Penha, porém apenas 13% conhece o que diz a lei; 68% continua sendo principal razão de não denunciar o seu agressor.

E Pernambuco? Será a Lei Maria da Penha está fazendo valer nesse Estado? Isso é o que queremos fazer. Não podemos admitir que uma lei tão importante quanto Lei Maria da Penha não esteja sendo aplicada devidamente, passando à sociedade feminina uma sensação de impunidade no nosso País. Na condição de mulher e mãe, que perdi meu filho querido Yves Ota, brutalmente assassinado aos oito anos, sinto-me honrada de estar aqui junto desta CPMI. Afinal, deste episódio triste do meu filho, já 15 anos se passaram, junto ao movimento paz e combate a qualquer tipo de violência, sei como é lutar por justiça e direitos humanos para todos.

Hoje o Brasil ocupa o 12º lugar mundial na taxa de homicídios de mulheres. Precisamos entender que proteger a mulher é proteger as nossas famílias, as nossas crianças, garantindo uma sociedade de paz. Eu gostaria de aproveitar e fazer uma pergunta ao Exmº Secretário de Segurança sobre a questão do quartel. Há, no Estado de Pernambuco, um treinamento de todas as delegacias que cuidam do atendimento a vítimas de violência doméstica? Um treinamento para saber receber uma vítima que quer denunciar? Há material explicativo e orientação dos profissionais de orientar a vítima em seus direitos, a Lei Maria da Penha? Principalmente instaurar um inquérito e pedir medidas protetivas? Obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradeço à Deputada Keiko Ota, que foi rigorosa no cumprimento dos seus cinco minutos e passo a palavra para a Deputada Luciana Santos.

**A SRª LUCIANA SANTOS** (PCdoB – PE) – Boa tarde. Eu não sou membro da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, apenas uma das que assinaram a iniciativa de muitas das parlamentares do Congresso Nacional, mas sou autora desse requerimento da presença da CPMI no Estado de Pernambuco, assim como o Senador Humberto Costa, na perspectiva de colaborar, ajudar, questionar e ajudar a não só colocar o diagnóstico, mas principalmente tirar consequências e um produto desse esforço que o Congresso Nacional está fazendo no fortalecimento não só da Lei Maria da Penha, e ela é o principal símbolo exatamente porque é muito abrangente. Ela procura dar indicadores, não só indicadores, mas ela legisla sobre procedimentos nas diversas instâncias do poder do Estado brasileiro, como é o caso do Poder Executivo, do Poder Judiciário, e ela é uma das consequências da última Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que houve no País, que teve como produto a Lei Maria da Penha, que é muito nova. Ela tem apenas seis anos e, por isso, precisa ser assimilada pelo Estado brasileiro, pela sociedade brasileira, para que tome corpo e pegue, como bem disse aqui muitos dos nossos oradores e oradoras.

Eu acho que Pernambuco ter sido gesto inaugural da presença da CPMI é importante e traduz exatamente o acúmulo, o protagonismo que o movimento de mulheres no nosso Estado sempre teve, a larga tradição, e como isso se rebate na tomada de decisão das diversas instâncias do Estado, que precisa tomar providências para fazer valer, tirar do papel uma legislação tão avançada como é a Lei Maria da Penha e todas as outras que dizem respeito a políticas públicas da mulher e, especificamente, no combate à violência contra a mulher, que é, sem dúvida, a expressão mais perversa, mais cruel da desigualdade de gêneros que existe no Brasil e no mundo.

Penso, como disse aqui a Betânia, representando o Fórum de Mulheres, que isso não vai se encerrar nesta visita da CPMI; é preciso tirar consequências para que a gente haja de maneira integrada na cobrança, no fortalecimento, na predisposição que existe da sociedade civil organizada de fazer isso valer. E acho que este debate tem um caráter muito amplo, porque ele diz respeito a valores, a um processo cultural que está arraigado na sociedade brasileira, uma sociedade extremamente machista e que, obviamente, se rebate nas instâncias e nos fóruns de tomada de decisões sobre isso.

Basta dizer que esta cultura da paz é uma luta muito difícil de ser enfrentada. Nós hoje temos uma mídia que não colabora com isso, a grande mídia, até de certa maneira os programas de violência tomam parte da grande pauta da mídia brasileira, e até com incentivo. E mesmo a música popular brasileira, o quanto ela reproduz o machismo. Eu tive um exemplo aqui no Carnaval. Fui prefeita da cidade de Olinda e havia uma música que dizia: “um tapinha não dói”. Nós, do movimento de mulheres e ouvidoria, colocamos uma faixa na cidade combatendo isso, em que se dizia: “Tapinha dói e é crime”. Então, é uma estrutura avassaladora incutida na sociedade como sendo algo natural, naturalizando a violência e fazendo com que as mulheres sejam vistas como propriedade privada de alguém, como objeto. Não é à toa que nós temos estes indicadores que deixam a todos estarrecidos: são 42 mil mulheres em 10 anos. É muita mulher assassinada neste País! E o corte é um só: a maioria desses casos é de crimes passionais, ou seja, crimes cometidos por parte do homem contra a mulher, que são seus companheiros.

Eu não queria aqui fazer nenhum questionamento, porque isso é função da CPMI. Mas queria aqui apenas chamar a atenção para algumas coisas. Uma delas é que é preciso valorizar esse esforço a que tenho assistido aqui dos Municípios. Bem disse aqui uma das oradoras – acho que foi a Dona Ana, que é a coordenadora que estava lá numa reunião preparativa do Conselho dos Direitos da Mulher – que o crime é cometido na cidade, no local e é preciso que a porta de entrada tenha uma estrutura mínima para poder acolher os primeiros casos de violência. Por isso é que essa rede de atendimento precisa ter um foco voltado para essa questão municipal.

Conversei aqui com a Relatora Ana Rita e com a Presidenta Jô Moraes. É claro que estamos encerrando e vamos ainda escutar os principais órgãos e instituições que queremos ouvir, mas também acho que, embora a CPMI já tenha feito um esforço de ouvir mais, porque alguém me questionava: Você não pode falar?

A própria CPMI tomou a decisão de, logo cedo, às oito da manhã, fazer essa escuta direta com as entidades. Eu acho que passaram duas horas mais ou menos. Mas de qualquer forma essa questão das representações municipais que avançou muito Pernambuco. Eram poucos os Municípios que tinham um órgão municipal. Hoje, vejo, aqui, várias delas que são exatamente dois representantes de órgãos municipais que procuram desenvolver a política pública da mulher.

Quero destacar isto e valorizar o quanto isso é importante nesse processo.

O outro é isso que Silvia falou hoje do Centro das Mulheres do Cabo. Eu acho que nós dissemos isto hoje ao Governador. Essa questão dos pólos de crescimento do Estado, do complexo de Suape, dessas obras estruturantes, nós precisamos tirar consequência da conta dessa magnitude e da repercussão que isso tem para a vida e para a qualidade de vida dos direitos humanos das mulheres. Eu só quero corroborar com essa preocupação porque ela é extremamente relevante.

E, por fim, aqui ler, só fazer uma observação também, o Capítulo I das disposições gerais da lei Maria da Penha, do Título IV, que trata dos procedimentos. Há aqui o art. 17, que foi um questionamento que vi a companheira levantar sobre o problema da forma de penalização da lei que é através de pagamento e tal.

Então, esta aqui no art. 17, da Lei Maria da Penha:

Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.”

Ou seja, a própria Lei Maria da Penha já prevê, no seu art. 17, que isso não possa ser a forma de penalização de um crime cometido.

E há outra coisa que penso que é muito importante nas Medidas Protetivas, que é o art. 20, do Capítulo II:

Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

E, por fim, mesmo falar para que não se encerre nessa audiência pública, nós podemos nos colocar à disposição, junto com os movimentos sociais e as instituições, a desenvolver, à luz da própria trajetória da CPMI uma articulação permanente aqui no Estado com ações integradas para tiramos consequências da presença da CPMI aqui no Estado de Pernambuco e o resultado dela em nível nacional, para que de fato a gente opere objetivamente para superar os impasses que são mais relevantes, pelo menos do que entrava a aplicação da Lei Maria da Penha.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós vamos passar os questionamentos antes a Senadora e a Deputada Marina pediu um minuto.

Quero só me dirigir ao Dr. Damázio para perguntar se nos registros de homicídios, como diz a Senadora dos “feminicídios”, se há espaços para dizer qual é a causa se foi por homicídio de violência doméstica, de violência sexual ou por envolvimento com crimes no registro dos homicídios.

Eu passo 20 segundos para a Deputada Marina e, em seguida, a nossa Relatora Ana Rita vai sistematizar os pontos fundamentais. Logo em seguida, para vocês os encaminhamentos.

**A SRª MARINA SANT´ANNA** (PT – RS) – Eu quero fazer uma pergunta para a Drª Silvia Camurça ou para a Drª Elaine Neves, a respeito da atuação da rede...

*(Inaudível)*

Como? A moça que falou?

Em nosso nome consta Silva. Perdão. Equivoquei-me.

...a uma das duas que vieram representando o Fórum, pelo seguinte, existe um...quem atua com mulheres do campo, mulheres das florestas, indígenas, quilombolas podem identificar espaços da rede de proteção à mulher que sejam preferenciais, que possam oferecer mais proteção e mais acesso.

Eu só gostaria de fazer essa pergunta, eu prometi à Presidenta que seria até um minuto, então está feita a pergunta.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Morais. PCdoB – MG) – Obrigada.

Para os encaminhamentos, a Senadora Ana Rita.

**A SRA. ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Eu gostaria apenas de fazer dois encaminhamentos antes da fala final de cada um de vocês.

Primeiro dizer que os requerimentos que nós encaminhamos, não foi só para esse Estado, mas foi para todos os Estados, nós não obtivemos resposta ainda. Nós encaminhamos para o Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, encaminhamos um requerimento para o Procurador-Geral de Justiça, para o Defensor-Geral da Defensoria Pública do Estado, e também para o Governador. Até agora nós não obtivemos resposta.

Eu gostaria de fazer...

A Secretaria da Mulher entregou o relatório, mas estamos entendendo que o relatório, por si só, não responde às questões todas aqui, pelo que me disseram. Então, talvez fosse bom responder por escrito às perguntas que fizemos aqui, independente do relatório.

O relatório vai nos ajudar muito, nós vamos aproveitá-lo, com certeza, para que possamos construir o nosso relatório, mas é importante responder o requerimento. Sabe por quê? Porque o requerimento sem resposta oficial – parece-me que a correspondência encaminhada está muito no geral e não faz referência a esse requerimento. Então, seria muito bom responder o requerimento. Portanto, vamos dar mais uma semana de prazo para que esses requerimentos sejam respondidos oficialmente.

Só uma pergunta, para tirar a dúvida da secretária: responde as perguntas o material que foi entregue?

**A SRª** *(Fora do microfone.)* – Parcialmente.

**A SRª ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Parcialmente.

Então, seria bom, Secretária, que a senhora pudesse, por gentileza, nos responder essas questões. Então, vamos dar o prazo de uma semana. E quero aqui fazer um registro. Consultei a nossa Assessoria da CPMI e, pelo Regimento, se dentro do prazo de uma semana não chegarem as respostas até a secretaria da CPMI, vamos ter de convocar as pessoas responsáveis para que vão a Brasília entregar as respostas. *(Palmas.)*

O prazo de mais uma semana, a partir da realização desta audiência pública.

Outra questão é agradecer os documentos que foram entregues. O documento encaminhado pelo Governo do Estado, que muito vai nos ajudar no relatório, mas também os documentos entregues aqui pela sociedade civil, pelas entidades que atuam com as mulheres.

Então, agradecer os documentos que vocês entregaram, dizer que esses documentos serão analisados, serão contemplados no relatório final construído por esta Relatora. Todas as informações que vocês nos passaram serão valorizadas, aproveitadas e irão constar também do nosso relatório. E, naquilo que depender de algum encaminhamento, a CPMI vai dar os encaminhamentos que forem necessários. Podem ter certeza disso. E, ao darmos os encaminhamentos, daremos retorno também para quem solicitou.

Então, só para deixar bastante registrado isso aqui. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós passamos as palavras para as respostas, lembrando que não é informar programas, é informar dados e resultados dos programas. É insuficiente isso. *(Palmas.)*

Com a palavra o Dr. João, que disporá de até cinco minutos para as respostas que a ele foram colocadas.

**O SR. JOÃO MARIA** – Desculpem-me. A idade já está me pegando. Não me recordo de nenhum requerimento dirigido especialmente ao Ministério Público, mas deixo registrada aqui a nossa preocupação com o polo Suape.

O Ministério Público está para fechar um convênio com uma grande empresa da região, exatamente para ter um núcleo de apoio à mulher volante na região do polo Suape. Lá, nós vamos apagar incêndios, porque veio o desenvolvimento, e não vieram as políticas públicas.

Em Goiana, nós estamos nos antecipando. Inclusive, acredito que ainda há pessoas da secretaria de Goiana. Não sei. Acredito que já foram. Lá em Goiana, inclusive com apoio da secretaria estadual, estamos fechando um convênio com a finalidade de chegarmos antes da Fiat. Então, o Ministério Público vai chegar antes da Fiat, preocupado com a questão da violência contra a mulher.

Ficam esses registros.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada. Com a palavra a Drª Maria Tereza Paes. *(Pausa.)*

O Dr. Carlos Humberto, do Tribunal de Justiça. Queremos registrar que solicitamos ao Presidente do tribunal que criasse um canal ao um movimento social, uma espécie de ouvidoria que, em vários outros momentos, tivesse oportunidade de escutar diretamente de vocês os questionamentos. Tenho certeza de que o Dr. Carlos Humberto conduzirá esse pleito ao Presidente do Tribunal.

**O SR. AGUINALDO FENELON DE BARROS –** Srª Deputada Marina, Srª Relatora, vou objetivamente responder, talvez em 20 segundos também.

Com relação à resposta do ofício, eu me comprometo, em 72 horas, pelo menos, a fazer o encaminhamento para o Congresso Nacional.

Com relação aos juízes criminais, eles estão orientados por um provimento do Tribunal de Justiça a agir nas varas criminais nos mesmos moldes dos atendimentos feitos nos juizados criminais. Tenho aqui o provimento. Se V. Exªs quiserem, eu já deixo em mãos, embora não seja uma via publicada. Tem apenas a data da publicação. Mas eu também posso, na resposta ao ofício, encaminhar a via publicada desse provimento que orienta os magistrados, apenas com o registro de que esses magistrados do interior, principalmente das varas criminais, não dispõem de equipe multidisciplinar para o atendimento a essas pessoas e aos agressores eventualmente. Então essa é uma deficiência que existe. E, no interior, nós temos dificuldades até para contratar profissionais, primeiramente porque, para o Poder Judiciário, diferentemente do Poder Executivo, que pode fazer algumas contratações com avaliações curriculares, há um impedimento dessa prática, que seria muito salutar se pudéssemos fazer. Mas não temos profissionais de equipes multidisciplinares para o atendimento. Então essa é uma deficiência que temos dificuldades enormes para resolver, não por falta de recursos materiais, mas por falta de condições para encontrar profissionais que atendam no interior.

Com relação aos plantões, nós não temos plantões específicos para a área. Inclusive Drª Tereza participa do plantão criminal. No dia do plantão, ela atua atendendo a todos os tipos de matérias criminais que são submetidas ao juiz plantonista. E temos também o juiz do cível, mas esses casos são para o juiz criminal, que também tem conhecimento da matéria e adota as práticas necessárias. Dificilmente no plantão não se adotam medidas protetivas de emergência. Eu, inclusive, já fui plantonista em algumas ocasiões, quando chegaram demandas dessa natureza e nós ficamos até oito, nove horas da noite para resolver, até que fosse efetivamente intimada a parte agressora e cientificada das medidas tomadas contra ela, de proteção à pessoa agredida.

Com relação aos ambientes prisionais, para ser bem objetivo e terminar esse último item, o ambiente prisional feminino é degradante, desumano, principalmente por conta da falta de assistência jurídica a essas pessoas. O que salva um pouco são os plantões e as equipes montadas pela Defensoria Pública, embora o Estado de Pernambuco disponha de poucos defensores, eles são de excelente qualidade e de grande dedicação. A nossa Defensoria tem se destacado muito ultimamente, até porque participa de plantões judiciais e da própria Defensoria nos ambientes prisionais.

Esse é um registro que eu gostaria de fazer e dizer, corroborando até o que o Dr. Damázio já falou anteriormente, que essas mulheres que estão presas por falta de assistência, de acolhimento, de apoio, elas também são as grandes vítimas de crimes, de assassinatos principalmente, até porque a grande maioria das presas são pessoas envolvidas com o tráfico de drogas. Na grande maioria também, são pessoas que praticaram o tráfico de drogas pela primeira vez. Se essas pessoas fossem tratadas, acolhidas e orientadas possivelmente não cometeriam o segundo crime e encontrariam uma alternativa de solução da pendência com o dono da droga que elas traficavam ou transportavam, porque, na cobrança do resultado, eles as assassinam, o que aumenta muito o índice de violência. E é difícil conter essa violência contra pessoas que passaram pelo sistema prisional. Então merece uma atenção especial o ambiente prisional como um todo, porque a superlotação é muito grande, mas especialmente o das mulheres, porque elas requerem tratamento e atenção, como eu disse, especial, completamente diferente dos homens.

Por isso eu advogo, e até conversei com o secretário de ressocialização que também é um oficial muito dedicado, ele era um educador, montou uma equipe nova na secretaria de ressocialização, tem feito um trabalho muito grande, inclusive na construção de unidade prisionais novas, para desafogar os presídios, ele conta também com essa dificuldade de superlotação, porque ele não tem como produzir vagas, porque é um sistema lento, mas já está sendo feito isso pelo Estado de Pernambuco. E eu volto a insistir nesse aspecto, de que se a Secretaria da Mulher pudesse ter, sob sua gestão, as unidades prisionais femininas me parecem que seria sim de muito boa cepa se pudéssemos fazer isso, o que depende apenas de, naturalmente, um ato governamental e desde que tenha apóio da Assembléia Legislativa e de outros órgãos operativos que atuam na área de segurança do Estado.

Então, me parece que não me remanesce nenhuma pendência.

A senhora tem mais alguma coisa que possa esclarecer?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Satisfeita.

**O SR. CARLOS HUMBERTO** – Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada Dr. Carlos Humberto.

Com a palavra a Srª Cristina Buarque, da Secretaria de Mulheres, que disporá de até cinco minutos.

**A SRª CRISTINA BUARQUE** – Voltando, me deixei bem instigada pela pergunta da nossa Deputada, quando dizia: “O Estado brasileiro se encontra preparado para executar a Lei Maria da Penha?”.

Acho que devemos começar a pensar em cima disso. E que Estados estão sendo preparados. Porque ele não está preparado para a Lei Maria da Penha, ele não está preparado para deixar de ser machista. Ele está deixando de ser machista, mas não está preparado para isso. Acho que isso é uma coisa muito lógica que a gente precisa trabalhar. Já dizia um cientista que, entre você dizer o resultado da sua pesquisa e dizer como ela fez, ajudaria muito mais ao povo dizer como ela fez do que o resultado dela.

Então, para nós, aqui em Pernambuco, a grande briga foi construir a questão da segurança das mulheres como um item de segurança pública, porque não era nada, não era nada. Então isso foi conseguido. E isso respondeu a uma pergunta que nós do Movimento de Mulheres – e isso eu posso falar porque faz 40 anos que sou do Movimento Mulheres e, há cinco anos, estou como gestora, mas passei 40 anos do Movimento de Mulheres e aí todas pessoas aqui o sabem –, uma questão que a gente não pode deixar solta no ar com relação a como a gente atua a partir da demanda. Eu tenho uma demanda, mas eu tenho que organizar a estratégia para cumprir a demanda. Então quando me perguntam: O Centro de Referência de Recife, a equipe técnica está completa, ele está funcionando? O que eu posso lhe responder?

A gente fez uma estratégia de dizer: Os centros de referências são de obrigação do Município e não do Estado. E nós encontramos em Pernambuco, em 2007, dois centros de referência o do Recife e o de Olinda e mais nenhum. Hoje temos doze centros de referência. E o que é que nós queremos para ter as informações do Recife?

Se as senhoras se lembram, nós da Secretaria da Mulher fizemos uma emenda parlamentar que foi aceita para que a gente criasse um centro de dados sobre tudo o que acontece em Pernambuco, em todas as... Então, na proteção, o centro de referência, a casa-abrigo, como é que funciona, como é que é isso? E nós estamos nisso e é de conhecimento de todo o Estado de Pernambuco, que está sendo montada essa parte de dados. Então, estive perguntando para Rejane: “Rejane como é que está a Casa Abrigo de Recife, está funcionando?” Está. O centro está funcionando? Está.” Então isso é algo de muito claro.

Outra questão é com relação a essas áreas em que o processo de desenvolvimento chegou. O Governador do Estado aprovou concurso público onde nós implantaremos doze coordenadorias das mulheres nos Municípios, começa com Suape e Goiana e, aí, já nos antecedeu o Promotor que disse: “a gente está junto para que a gente chegue em Goiana antes do desenvolvimento chegar.” Então, esse é outro ponto que é importante.

Por fim, com relação aos treinamentos e material. A Secretaria de Mulher... E, no nosso relatório, ela mostra quanto de treinamento nós fizemos de policial e quanto de material nós distribuímos, o quanto de Lei Maria da Penha nós distribuímos. O nosso relatório não está completo, porque a Secretaria da Mulher tomou para si o quarto ponto: Relacione todos os serviços dentro do aparelho do Estado que estão funcionando, e o que é que eles fazem e como eles atendem. Isso aí está. Falta o restante do relatório e, por isso, ele foi parcial. Mas, no que cabe à Secretaria da Mulher a gente fez.

E com relação às mulheres do campo, nós temos um amplo programa e, é muito importante ser dito, e, desculpem-me se estou passando um pouco, mas é preciso que seja esclarecido. Nós temos um amplo programa no Estado que se chama Chapéu de Palha e depois o programa Convergir Mulher e esses programas trabalham com as mulheres, já atenderam a 39 mil mulheres, em cinco anos, com módulos voltados para a violência, para a questão da orientação sexual e para a questão de raça. E todo mundo sabe disso. Esse programa agora foi estendido pelo Sr. Governador para as pescadoras e, agora, para as mulheres mandiocultoras

Então, o enfrentamento da violência contra a mulher não é só um ato de desejo político; é um ato de trabalho cotidiano, por dentro do aparelho do Estado, o Estado como um todo, e também com a sociedade, que está ansiosa; é lógico que esteja ansiosa. Mas não vamos fazer isso com uma varinha de condão. Não há possibilidade disso. Está aí o Governo Lula que criou, em 2003, a Secretaria e, até hoje, não temos recursos para entregar aos Municípios para que os Municípios possam fazer o seu programa de enfrentamento à violência. Eles não têm recursos para isso.

Então, é preciso que esta CPI nos ajude, ajude os Municípios, ajude o Estado e ajude o Governo Federal a criar essa política com recursos, e não só com as nossas propostas.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB/MG) – Muito obrigada. *(Palmas.)*

Nós passamos agora a palavra ao Secretário de Segurança e Defesa Social, Dr. Wilson Salses Damázio, para suas respostas. E, depois, nos informe, à Sociedade Civil quem vai responder a questão aqui apresentada.

**O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO** – Bom, em primeiro lugar, para que fique bem claro que quando eu falei aqui sobre a motivação da violência contra a mulher, eu enumerei os crimes passionais, os crimes de proximidade e a intolerância como os principais crimes. Fiz um corte também enfocando que o problema da mulher envolvida com a criminalidade também era um dos fatores que levavam ao homicídio. Mas, em momento algum, eu falei que era o principal, a principal motivação, para que fique bem claro isso.

Com relação ao requerimento da CPMI, no sentido de se dar prioridade ao caso Izaelma, a isso aí, desde o início deste ano, nós já demos a devida prioridade. Inclusive, chegou-se à localização do garoto que estava com o pai, e nós encarregamos o nosso Grupo de Operações Especiais, que é um grupo antissequestro, um dos melhores do País, que praticamente nunca perdeu uma missão, uma operação Então, isso já está sendo feito.

Eu vou responder à CPMI nesse sentido, dizendo, se for necessário, até encaminhando um relatório do que já foi feito até agora, no sentido de capturarmos esse policial. Devo dizer que não há nenhum tipo de proteção a ele pelo fato de ser policial, mesmo porque, quinze, vinte dias atrás, nós, da Polícia Civil do Estado de Pernambuco e a Secretaria de Defesa Social, levamos a efeito uma grande operação de combate à pirataria, quando prendemos um delegado, um escrivão, um comissário e dois agentes. Quer dizer, a gente corta na própria carne. Então, não vai ser um homicida de mulher que vai ficar impune pelo fato de ser policial. Se Deus quiser, em bem pouco tempo ele deixará essa condição.

Bom, com relação ao caso do Anthenor Ferreira de Gouveia Pimentel Belleza Neto homicida de Christina Gabrielson, acho que o Ministério Público já deu a resposta. A polícia já tinha feito a sua parte. Não tenho detalhes, mas como já houve a denúncia e o caso está com o Tribunal do Júri agora, com vista para o Ministério Público é um sinal de que a Polícia fez a sua parte com relação ao esclarecimento do crime. Agora, a prisão preventiva, vou verificar se foi decretada ou não. Creio que não, mas como a gente sempre faz junto com o Dr. Inojosa, lá junto ao Comitê Gestor do Pacto pela Vida, essas prioridades a gente sempre discute e leva ao juiz da respectiva vara ou do Tribunal do Júri.

Falarei com relação ao quadro de plantões nas Delegacias da Mulher e nos locais onde não há essa especializada. Aqui em Recife, o plantão é de 24 horas. Em Jaboatão e Paulista também há plantão no final de semana, começando às 18h da sexta e se encerrando às 8h da manhã da segunda. Portanto, há um atendimento integral nessas delegacias de Paulista, Jaboatão, Prazeres e Caruaru, que são cidades-pólo desse desenvolvimento e têm esses plantões. Nos demais casos, o plantão é atendido pelo plantão da região. Mesmo porque temos de informar que para cada plantão policial, se ele tiver só um delegado, funcionando 24 horas, são necessários 4 delegados, 4 escrivães, uns 20 agentes. Então, quando a gente faz essa soma vê a dificuldade que se tem de manter muitas delegacias de plantão. Inclusive, a Delegacia da Mulher. Mas, como disse, o recompletamento das polícias em Pernambuco é uma grande realidade. Foram 10.700 policiais contratados em cinco anos. Certamente, teremos um concurso para delegado até o final do ano e novos cursos para agentes e escrivães, o que vai nos proporcionar melhorar esse serviço de plantão.

Com relação ao atendimento de violência sexual se há plantão nas delegacias. Nas delegacias não, porque o nosso Cremepe recomenda que todas essas perícias sejam feitas fora das delegacias. Inclusive, na área integrada de segurança de Prazeres, a Área Integrada nº 6, construímos um grande complexo e fomos obrigados a passar um muro separando o complexo policial da seção do IML. Agora, veio o Cremepe e disse que da forma como está, como há a Delegacia da Mulher ali, a Delegacia da Criança...Já separamos por conta disso. Mandaram abrir o muro de novo, nós já o abrimos. Então, esse atendimento é feito, principalmente, nos próprios IMLs, 24 horas. As perícias em vivos são feitas, principalmente, nos IMLs de Recife, de Caruaru e de Petrolina. Em Paulista e em Prazeres são feitas só em vivos. É a perícia que mais interessa aqui ao nosso debate.

Há, no Estado, treinamento e material explicativo para os servidores no tocante ao atendimento de mulheres vítimas de violência?

A Drª Cristina já respondeu a essa questão, mas queria ser mais detalhista...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Um minuto, Doutor.

**O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO** – Bom, a nossa DPMU, em 2010, realizou o curso Qualidade no Atendimento a Grupos Vulneráveis. Foram 480 policiais treinados, policiais civis, militares, bombeiros e a sociedade civil, em parceria com a Secretaria da Mulher. Também foram realizados, no ano passado, doze encontros regionais sobre violência doméstica e doze workshops sobre o tráfico de mulheres, em todo o Estado (Olinda, Carpina, Jaboatão, Garanhuns, Salgueiro, Petrolina, Afogados da Ingazeira, Surubim, Caruaru, Cabo de Santo Agostinho e Serra Talhada).

Lançamos uma cartilha sobre violência doméstica e familiar contra a mulher na comemoração, em novembro de 2010, dos 25 anos da Delegacia da Mulher em Pernambuco no auditório da livraria Cultura.

Tem outras questões aqui também, relacionadas à capacitação, que nós fizemos, demonstrando sobremaneira... Na Secretaria de Defesa Social nós temos a Acides, que é a Academia Integrada de Defesa Social que congrega todos os *campis* das polícias civil, militar, bombeiros... Então há uma academia integrada que congrega esses *campis*. E o treinamento, a capacitação, a gente está sempre primando por isso. Inclusive nesses cursos que levam os policiais a serem promovidos a gente aplica muito essas questões relacionadas à violência de gênero, problemas com a criança e adolescente, Proerdi, esse treinamento também contra drogas.

Finalizando aqui, com relação ao registro de ocorrências de homicídio, se há espaço para motivação. Nós temos uma gerência de análise criminal e estatística. Inclusive nesta semana nós estamos abrindo aqui em Pernambuco o primeiro seminário regional, vai ser todo o Nordeste, sobre esse tipo de trabalho. É um trabalho muito avançado que a gente vem fazendo, com georreferenciamento, mapa de Kernel... Inclusive, esses formulários, que dão elementos para que se coloquem os dados no computador, eles são bem completos e têm também a motivação.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB — MG) – Obrigada, então, ao Dr. Damázio.

Nós passamos a palavra agora para a sociedade civil. Parece-me que é a Betânia que vai responder a questão, falando que a Ana Paula Lopes esqueceu sua carteira e dizendo que a página do Senado abriu um espaço onde todas as queixas poderão ser enviadas, as denúncias, as propostas e sugestões que, ao final, nós podemos ter a oportunidade de ver.

Betânia, até cinco minutos.

**A SRª BETÂNIA SERRANO** – A senhora se incomodaria só de repetir a pergunta, porque a gente...

**A SRª MARINA SANT´ANNA** (PT – RS) – Desculpe-me, é porque como eu errei o nome houve um tumulto ali, mesmo. Pode não é?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB — MG) – Dez segundos.

**A SRª MARINA SANT´ANNA** (PT – RS) – A pergunta é bem simples e não sei se há resposta formulada nesse sentido.

A rede proposta ou indicada pela Lei Maria da Penha é uma rede muito ampla e a pergunta que eu faria é assim: do modo como vai se desenvolvendo a montagem da rede no Brasil, porque isso de fato demora um tempo, como é que ela está atingindo e se, de fato, tem produzido resultado, como acontece às vezes em determinados lugares nas cidades, para as áreas de abrigamento e nas várias áreas, para quilombolas e mulheres do campo, porque foi muito citado na reunião de cedo e agora também, quilombolas, mulheres do campo, mulheres da floresta, indígenas?

Como é que está sendo esse atendimento, assim, como está sendo essa experiência?

**A SRª BETÂNIA SERRANO** – Então, a gente tinha entendido outra pergunta, mas assim, é um pouco mais simples a resposta.

Na verdade quando a gente coloca que a assistência, por enquanto, a mulheres vítimas de violência ela está mais centrada aqui na região... E em Recife, quando você fala que só tem juizado em Recife, as delegacias...Há algumas delegacias no interior, mas delegacia não é o suficiente... E outra coisa, quando a gente fala do nosso Estado, existem regiões em que nem telefones as mulheres têm para fazer uma denúncia.

Então, assim, a gente houve muito das mulheres, “a gente não tem nem como ligar para o 180, porque não tem nenhum telefone”, porque orelhão parece que ficou coisa do passado. Parte-se do princípio que todo mundo tem celular, só que essa não é a realidade das ribeirinhas, isso não é a realidade de todas as trabalhadoras rurais, nem das quilombolas.

Quando a gente fala que a gente precisa que todas as Secretarias do Estado se integrem e funcionem, porque, por exemplo, a saúde para a gente não seria só o lugar de atendimento à vítima, e sim o lugar também de identificar e de ajudar a denunciar, porque às vezes a mulher sofre violência, está sofrendo violência há tempo, e se o profissional fosse preparado ele iria identificar que ela está sendo vítima de violência e iria incentivar a denúncia ou ele mesmo poderia fazer a denúncia. Só que não é isso que acontece. Na assistência social também poderia fazer a mesma coisa.

A Educação. Nas escolas e nas universidades, deveria ter gente preparada para identificar uma mulher que está sendo vítima de violência. Há sinais; só que isso não existe. Essa rede, para a gente, também é muito importante. Lógico que a gente hoje está brigando para que a Lei Maria da Penha funcione com todos os seus aparatos, mas a gente quer, na verdade, que seja uma política de Estado de enfrentamento, porque se é uma política de Estado, a educação, a assistência social, a saúde vão estar envolvidas de outro jeito. Não vai estar só atendendo a vítima; vai identificar, vai ajudar a mudar essa cultura de violência, e aí a sociedade em si vai começar a perceber que violência doméstica não é só quando a mulher morre ou é espancada. Há outros tipos de violência que as mulheres vão sofrendo.

Dados do Ministério da Saúde mostram que nós, mulheres, somos as pessoas, os brasileiros que mais tomamos antidepressivos. E a grande maioria dessas pessoas que tomam antidepressivos são mulheres que sofrem violência. E quanto a isso nada é feito, continuam só dando antidepressivo e nada é feito para melhorar e tirar essa mulher dessa situação. É disso que a gente fala. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Betânia.

Antes, a nossa Procuradora, a Deputada Elcione Barbalho, se retirou para ir se dirigir ao Presidente da Assembléia onde entregou um requerimento para a criação da Procuradoria da Mulher aqui também na Assembléia Legislativa.

Antes da Deputada Elcione, a última a usar da palavra, a Senadora gostaria de um esclarecimento. Durante o dia no debate, na discussão que houve em torno dos organismos existentes, colocou-se uma diferença de opinião.

Nós queríamos, então, passar a palavra, excepcionalmente, à Secretária de Recife, Rejane, para que ela possa opinar acerca das responsabilizações do Centro de Referência, já que esta é uma discussão que está em construção, que foi expressa uma opinião aqui e que ela teria oportunidade, até cinco minutos, de expressar a sua opinião.

**A SRª REJANE MEIRA** – Boa-tarde a todas e a todos, boa-tarde à Mesa. Agradeço a oportunidade no que se refere a Recife. Foram questões relacionadas ao Centro de Referência Clarice Lispector. Ele não está com a equipe completa; estão faltando duas assistentes sociais. Nós temos uma lei municipal que cabe ao Município referendar os serviços com servidoras. Nós temos duas secretarias com servidoras assistentes sociais, a assistência social e a saúde. Nenhuma dessas secretarias diz que podem liberar servidoras.

Nós convocamos uma lei municipal, no dia 18 de outubro do ano passado, oferecendo uma gratificação para servidoras, R$804,00 e R$214,00 para quem é administrativo. Até hoje, nós estamos procurando essas profissionais. Já apareceu quem era da assistência, mas a Secretaria da Assistência alega que não pode liberar servidoras, como a Secretaria de Saúde também alega que não pode liberar.

Nós tentamos o diálogo com o jurídico da prefeitura, o Dr. Jarlon, que é o Procurador do Município para que, no próximo concurso da prefeitura, ele tenha reservado aí uma parte para a Secretaria da Mulher. Então esse diálogo está sendo feito. A saúde está com o concurso aberto, mas a assistência social já disse que não tinha como subir servidoras para o serviço. Então a gente está esperando a saúde. Em relação aos dados, na audiência com o prefeito, nós entregamos formalmente os dados ao Senador Humberto Costa e entregamos à Senadora Ana Rita um *kit* como nós entregamos também à deputada estadual um *kit* do que nós estamos fazendo com os serviços. Todos os dados estão abertos para a sociedade, para o conselho, para quem quiser. Eu estou com um papel aqui na mão, o mesmo que eu entreguei, o *kit,* que nós entregamos à senadora também está na Mesa, de Tereza Leitão por ser Deputada Estadual, e em relação aos serviços é isso que a gente coloca.

Norma técnica. Saiu no decreto oficial do Município, no mês passado, no início de março, um decreto chamando a atenção para a criação da norma técnica do Município e quem participa do fórum de mulheres é Sílvia Dantas. Então, Recife está discutindo norma técnica, saiu no Diário Oficial, é um decreto interno do Município que chama a atenção para a criação da norma técnica em função de uma rede de apoio ao serviço das mulheres, que hoje é constituída por dez secretarias, sendo que duas das pessoas que estão atuando são de movimentos de mulheres. Uma é a Rosângela e a outra é a Irany Brito. A reunião acontece toda primeira terça-feira de cada mês. Quem representa essa Comissão Técnica é a Sílvia Dantas. Obrigada. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada, Rejane.

Queria passar a palavra à Deputada Elcione, nossa Procuradora. E, desde já agradecer, sensibilizada, a atenção de todas as autoridades que vieram aqui, que se dispuseram a passar toda a tarde, a contribuir na construção de um salto novo nas políticas públicas para a mulher. Sem dúvida nenhuma, saímos daqui fortalecidos pela participação da sociedade e, sobretudo, pela disposição dos senhores e das senhoras que vieram aqui.

Com a palavra a Deputada Elcione Barbalho.

**A SRª ELCIONE BARBALHO** (PMDB – PA) – Muito obrigada, Presidente, Deputada Jô Moraes, relatora, Senadora Ana Rita, Deputados aqui presentes. Antes de mais nada, gostaria de agradecer o fato de, dado o avançado da hora, mais de seis horas da tarde, as pessoas permanecerem aqui para participar, para colaborar com o nosso intuito.

A Procuradoria é um órgão novo dentro da Câmara Federal. Embora tenha sido criada em 2009, somente agora ganhou corpo, avançou nas suas propostas. Nada mais é do que um instrumento de defesa, mais um instrumento de defesa das mulheres brasileiras, que faz parte hoje da estrutura da Câmara Federal. Quero dizer a vocês que também podemos utilizar o nosso *site*, temos aqui o [www.procuradoria.mulher@camara.gov.br](http://www.procuradoria.mulher@camara.gov.br/), onde vocês poderão nos acessar e denunciar, encaminhar sugestões, enfim, trabalhar junto conosco.

Ficaram no ar umas três perguntas. Primeiro, falou-se muito na Maria da Penha e esqueceram um pouco que o agressor também faz parte dessa estrutura. Queria saber se existe algum projeto, alguma coisa no sentido da recuperação do trabalho contra o agressor. Não?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – As respostas serão encaminhadas por escrito, já que a gente encerrou a pauta.

**A SRª ELCIONE BARBALHO** (PMDB – PA) – Como eu tive de me ausentar, a Deputada Mari, que é autora de um projeto de resolução que cria a Procuradoria da Mulher dentro da Assembléia Legislativa, estamos indo para todos os Estados, este é o quinto Estado para o qual viemos participar, junto com a CPMI, da qual também faço parte. Construímos, junto com a Secretaria Nacional do Direito da Mulher e de Políticas para as Mulheres...

Fiz questão de vir participar porque a finalidade maior é que a gente possa melhorar tudo que foi colocado aqui. A nossa preocupação é uma só. Outra preocupação que me deixa muito a pensar é a questão da bebida e da droga. Acho que nos levantamentos feitos, Dr. Damázio, o senhor pode notar que a reincidência maior é de sábado para domingo.

Outra coisa é discutir o óbvio. Lamento profundamente que o Brasil não esteja preparado ainda para a Lei Maria da Penha. Tem dinheiro para tudo, menos para atender a essa demanda. É incrível! Aonde você vai, estivemos com o Presidente do Tribunal, estamos agora aqui ouvindo todos vocês sobre a dificuldade financeira. É como se não fizéssemos de uma sociedade composta de homens e mulheres e fôssemos verdadeiros ETs na Terra. Isso me preocupa muito, sabe?

Por exemplo, fui à Assembléia Legislativa porque por lá passa também o orçamento. A gente tem de pensar nisso com antecedência, porque senão vamos ficar discutindo, reunindo CPIs e outras coisas mais e nunca vamos chegar a um final melhor. Então, a gente pensa que não, mas são coisas preocupantes, são coisas que, somando, no final não vão dar em nada.

Quero lhe parabenizar porque falou uma coisa mais do que justa, que nos carros velhos até gasolina falta, fica tudo encostado. O incentivo ao funcionalismo público. Não existe uma valorização, não existe uma motivação. Acho que aquilo começa a ficar banalizado. E é essa a minha preocupação. Eu, como Procuradora, lhe digo com sinceridade, sinto a maior dificuldade dentro da Câmara. Por incrível que pareça, não tenho funcionário, não tenho estrutura, não tenho retaguarda para que a Procuradoria funcione.

A Procuradoria funciona com o meu pessoal, dentro do meu gabinete para poder fazer esse imenso trabalho de contato com as embaixadas porque há a questão do tráfico de mulheres, temos o problema de recursos porque estamos conseguindo, com o Banco Mundial, recentemente, o próprio Deputado Marco Maia assino um convenio de US$305 mil, doados pelo Banco Mundial. Estamos com um projeto de equidade dentro da Câmara. Enfim, trabalhando em todos os pontos para poder ganhar tempo e fazer acontecer. Nós já esperamos muito.

Eu pediria aos senhores aqui que ocupam esses órgãos de grande responsabilidade, agradecer ao Governador que foi extremamente gentil conosco, ele foi preciso, ele foi em cima da ferida, conversando e colocando aquilo que é o nosso dia a dia, é a nossa realidade brasileira.

Então, quero parabenizar a todos vocês, agradecer esse momento por ter essa oportunidade. Infelizmente, a Procuradoria aproveitou esse espaço porque já tínhamos acertado com a Deputada Luciana que nós viríamos só depós, mas somou a CPMI que achei excelente. Lamento não ter participado mais ativamente porque o tempo não deu, mas o importante, acima de tudo, é que estamos levando muitas informações para subsidiar aquilo que a gente se propôs a criar que foi esta CPMI com dados importantíssimos e estamos levando desse grande Estado.

Meus parabéns e muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada.

Quero registrar com alegria e devemos tirar da invisibilidade a Delegada de Recife, Drª Gerluce Monteiro, que esteve o tempo inteiro entre nós. Ela é Delegada da Delegacia Especializada e a Delegada Marluce Ferreira dos Santos, também Delegada da Polícia Civil que partilhou conosco.

Queria cumprimentar os Movimentos de Mulheres aqui, através do Fórum de Mulheres que deu uma excelente contribuição, um relatório em pouco tempo, com precisão. Depois, vamos compartilhar o relatório do Movimento de Mulherse com as demais autoridades porque interessa a cada um de vocês, as autoridades que estão aqui, porque são informações muito importantes que terão continuidade.

Quero mais uma vez agradecer a atenção de todos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-as para a próxima reunião, a realizar-se no dia 19, às 09 horas da manhã, com a presença da representação do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça, do Ministério da Educação, que será em Brasília, na sala 12, do Senado Federal.

Boa noite e, mais uma vez, obrigada. *(Palmas.)*

* *(Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 15 minutos)*

Deputada Jô Moraes

Presidente